

ALLIANÇA SAÚDE E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 42.771.949/0018-83

Código CVM 24058

MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS

E

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2026

ALLIANÇA SAÚDE E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 42.771.949/0018-83

Código CVM 24058

SUMÁRIO

Mensagem da Administração		3
Edital de Convocação		4
Manual para Participação na Assembleia		8
Proposta da Administração		11
Anexo I Comentário sobre a situação financeira da Companhia - Seção 2 do Formulário de Referência		13
Anexo II Remuneração dos Administradores - Seção 8 do Formulário de Referência		49

ALLIANÇA SAÚDE E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 42.771.949/0018-83

Código CVM 24058

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A administração da **Alliança Saúde e Participações S.A.** (“Companhia”) tem o prazer de convidá-los a participarem de sua Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia” ou “AGO”), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 09 de setembro de 2026, às 14 horas e 30 minutos, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso de Freitas, nº 59, Pavimento: Piso Superior, Paraíso, CEP 04.006-050, para deliberar sobre os assuntos constantes da ordem do dia, nos termos do Edital de Convocação publicado nesta data.

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente presencial, sendo admitida a participação e o exercício do direito de voto pelos acionistas via Boletim de Voto a Distância, cujas instruções para preenchimento e envio estão devidas e detalhadamente discriminadas no presente Manual e no Boletim de Voto a Distância divulgado nesta data pela Companhia.

Todas as informações e os documentos referidos neste Manual de Participação e Proposta da Administração e previstos na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”), assim como as demais informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas, encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, no *website* de relações com investidores da Companhia (<https://ri.allianca.com/>) e nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).

Em caso de dúvidas em relação às informações divulgadas, esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail ri@allianca.com.

Esperamos poder contar com sua presença. Sua participação é de extrema importância para a Companhia.

Atenciosamente,

José Luiz Mendes Ramos Júnior

Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ALLIANÇA SAÚDE E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 42.771.949/0018-83

NIRE 3530051760-1

Companhia Aberta

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2026

Ficam convocados os senhores acionistas da **ALLIANÇA SAÚDE E PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso de Freitas, nº 59, Piso Superior, Paraíso, CEP 04006-050, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 42.771.949/0018-83, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 3530051760-1, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 24058 (“Companhia”), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e dos artigos 4º a 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 09 de setembro de 2026, às 14 horas e 30 minutos (“AGO”), **de modo exclusivamente presencial**, mediante comparecimento na sede social da Companhia, sendo admitida a participação e o exercício do direito de voto pelos acionistas via Boletim de Voto a Distância, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas (a) do relatório da administração, (b) do parecer dos auditores independentes e (c) do relatório do Comitê de Auditoria da Companhia;
- (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e
- (iii) Deliberar sobre a fixação do limite da remuneração anual global dos administradores da Companhia e dos membros do Comitê de Auditoria para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026.

Instruções e Informações Gerais:

Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos *websites* da Companhia (www.ri.allianca.com), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os documentos e informações necessários à participação e exercício do direito de voto na AGO, como as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração, do relatório dos auditores independentes e do relatório do Comitê de Auditoria, incluindo aqueles exigidos pela Resolução CVM 81, além das orientações e procedimentos para participação na AGO, que estão detalhadas no Manual de Participação divulgado pela Companhia nesta data (“**Manual de Participação**”).

As demonstrações financeiras, incluindo o relatório anual da administração e o parecer dos auditores independentes foram publicados no jornal Folha de São Paulo, nas edições impressa e digital, em 06 de agosto de 2026.

Participação presencial na sede social da Companhia

Recomenda-se que o acionista que desejar participar da AGO de forma presencial encaminhe e-mail para o endereço ri@allianca.com, com antecedência de 2 (dois) dias da AGO, ou seja, até às 14 horas e 30 minutos do dia 04 de setembro de 2026, os seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, com foto; (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) documentos que comprovem os poderes do representante do acionista pessoa jurídica ou do gestor ou administrador no caso de fundos de investimento – incluindo estatuto social, contrato social ou regulamento atualizado e consolidado, conforme o caso; e (iv) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista. Não obstante o disposto acima, os acionistas que comparecerem à AGO munidos de tais documentos poderão participar e votar, ainda que tenham deixado de enviá-los previamente, nos termos do artigo 6º, parágrafo 2º, da Resolução CVM 81.

O acionista pessoa física poderá ser representado na AGO por procurador: (i) constituído há menos de um ano; e (ii) que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, conforme exigido pelo parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Em observância ao disposto no Ofício-Circular/Anual-2026-SEP, para representação de acionista pessoa jurídica, será aplicada a regra geral de representação do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002). Dessa forma, quaisquer procuradores devidamente constituídos de acordo com a lei e com os estatutos ou contratos sociais das respectivas pessoas jurídicas podem participar da AGO ainda que não sejam acionistas, administradores ou advogados.

Participação por meio do Boletim de Voto a Distância

O acionista que desejar participar da AGO por meio de boletim de voto a distância deverá: **(i)** transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia; **(ii)** transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM, conforme instruções estabelecidas no Manual de Participação; **(iii)** encaminhar o boletim de voto a distância diretamente à Companhia; ou **(iv)** enviar o boletim ao depositário central no qual as ações estejam depositadas, nesse caso, os Acionistas poderão manifestar seu voto diretamente por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela B3, pela Área do Investidor (disponível em <https://www.investidor.b3.com.br/>), na seção “Serviços”, clique em “Assembleias em Aberto”.

Nos casos acima, as instruções de voto ou boletins de voto a distância, conforme o caso, deverão ser enviados pelos acionistas no prazo de até 5 (cinco) dias antes da data da AGO, ou seja, até o dia 04 de setembro de 2026. Eventuais boletins recebidos pela Companhia após esse prazo serão desconsiderados.

No caso do envio diretamente para a Companhia, o boletim de voto a distância, devidamente rubricado e assinado, deverá estar acompanhado dos seguintes documentos, conforme aplicável:

(i) para acionistas pessoas físicas: (a) documento de identidade com foto do acionista ou seu representante (representante legal ou procurador, conforme o caso); (b) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, para fins de comprovação da titularidade de suas ações; (c) documento que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se aplicável;

(ii) para acionistas pessoas jurídicas: (a) documento de identidade com foto do acionista ou seu representante (representante legal ou procurador, conforme o caso); (b) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, para fins de comprovação da titularidade de suas ações; (c) documento que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se aplicável; (d) contrato social ou estatuto social consolidado e atualizado, conforme o caso;

(iii) para acionistas fundos de investimento: (a) documento de identidade com foto do acionista ou seu representante (representante legal ou procurador, conforme o caso); (b) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, para fins de comprovação da titularidade de suas ações; (c) documento que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se aplicável; (d) contrato social ou estatuto social, conforme o caso, consolidado e atualizado do gestor e/ou administrador, observada a política de voto; (e) regulamento consolidado e atualizado do fundo.

O acionista que enviar boletins de voto a distância poderá participar da AGO presencialmente. No entanto, caso este acionista exerça o direito de voto na AGO, os seus boletins de voto a distância serão desconsiderados e os votos proferidos durante a AGO serão considerados válidos.

Outras informações

Justificativa para escolha da modalidade presencial: A Companhia optou por realizar a AGO de forma exclusivamente presencial, em linha com a sua prática nos últimos anos, por acreditar que essa modalidade oportuniza a interação eficiente e próxima entre os próprios acionistas e entre os acionistas e a administração da Companhia, viabilizando eventual coordenação e possíveis esclarecimentos imediatos de eventuais dúvidas que possam surgir durante o conclave.

Instalação de Conselho Fiscal e Inclusão de Matérias: A Companhia informa, ainda, que os Acionistas titulares de pelo menos 2% (dois por cento) do capital social da Companhia poderão requerer a instalação do Conselho Fiscal, observado o disposto no artigo 161, § 2º, da Lei S.A. e nos artigos 4º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022. Observados os percentuais de participação e demais normas, os Acionistas que desejarem incluir, no boletim de voto a distância, candidatos ao conselho fiscal ou propostas de deliberação, deverão encaminhar solicitação de inclusão diretamente à Companhia, aos cuidados da área de Relações com Investidores.

A assembleia geral ordinária instala-se, em primeira convocação, com a presença de Acionistas titulares de, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número de Acionistas titulares de ações com direito a voto. As deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Informações adicionais estão disponíveis nos procedimentos descritos nos boletins de voto a distância para a AGO e nas orientações contidas no Manual de Participação, bem como na Resolução CVM 81.

São Paulo, 07 de agosto de 2026.

José Luiz Mendes Ramos Júnior

Presidente do Conselho de Administração

MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

1. Instalação da AGO

A AGO será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social total da Companhia com direito a voto e, em segunda convocação, mediante a publicação de novo edital, instalar-se-á com qualquer número de acionistas presentes.

2. Orientações para participação dos Acionistas na AGO

Poderão participar da Assembleia todos os acionistas titulares de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas pela Companhia, pessoalmente, por representante legal ou procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") – em qualquer um dos casos, de forma presencial, nos termos da Resolução CVM 81 –, ou por meio do boletim de voto a distância.

2.1 Participação presencial

Os acionistas que desejarem participar presencialmente da AGO deverão encaminhar e-mail para o endereço ri@allianca.com, com antecedência de 2 (dois) dias da AGO, ou seja, até às 14h30m do dia 04 de setembro de 2026, o qual deverá conter toda a documentação indicada abaixo, conforme aplicável:

- (a) Para pessoas físicas: (i) documento de identidade com foto do acionista ou seu representante (representante legal ou procurador, conforme o caso); (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia; e (iii) documento que comprove a outorga de poderes, se aplicável.
- (b) Para pessoas jurídicas: (i) documento de identidade com foto do acionista ou seu representante (representante legal ou procurador, conforme o caso); (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia; (iii) documento que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se aplicável; e (iv) cópia do estatuto ou contrato social consolidado e atualizado, conforme o caso.
- (c) Para fundos de investimento: (i) documento de identidade com foto do acionista ou seu representante (representante legal ou procurador, conforme o caso), (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia; (iii) documento que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se aplicável; (iv) cópia do estatuto ou contrato social consolidado e atualizado do gestor e/ou administrador, observada a política de voto; e (v) regulamento consolidado e atualizado do fundo.
- (d) Para estrangeiros: mesma documentação aplicável aos Acionistas brasileiros, sendo que os documentos emitidos no exterior, tais como procurações e documentos societários, deverão ser

devidamente notariados e apostilados/consularizados, ficando dispensada a tradução juramentada de documentos lavrados em português e inglês ou que venham acompanhados da respectiva tradução nesses mesmos idiomas.

Na hipótese de representação do acionista por procurador, deverão ser observadas as disposições previstas no artigo 126, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações. Nesse sentido, o instrumento de mandato deverá ser datado de até um ano da data da Assembleia, e o procurador deverá ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador dos fundos de investimento representar os condôminos, conforme parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Em observância ao disposto no Ofício-Circular/Anual-2026-SEP, para representação de acionistas pessoas jurídicas ou fundos de investimentos, será aplicada a regra geral de representação do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002) e, portanto, quaisquer procuradores devidamente constituídos de acordo com a lei e com os documentos societários das respectivas pessoas jurídicas podem participar da Assembleia, ainda que tais procuradores não sejam acionistas, administradores ou advogados.

O envio prévio da documentação tem como objetivo proporcionar celeridade no cadastramento dos acionistas e otimizar os trabalhos na AGO. Entretanto, o acionista que comparecer à AGO até o momento da abertura dos trabalhos munido dos documentos indicados neste Manual, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

2.2 Boletim de Voto a Distância

O acionista poderá optar por exercer seu direito de voto mediante o preenchimento e envio do boletim de voto a distância (“BVD”), em até 5 (cinco) dias antes da data de realização da AGO, ou seja, até às 14h30m do dia 04 de setembro de 2026, nos termos da Resolução CVM 81. Boletins de Voto recepcionados pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

Caso seja feita a opção de participar da Assembleia por meio de BVD, o acionista deverá:

- (a) transmitir as instruções de preenchimento para seu respectivo custodiante ou depositário central, hipótese na qual deverão ser observados os procedimentos adotados por cada um desses prestadores de serviços. No caso do depositário central, os acionistas poderão manifestar seu voto diretamente por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela B3, pela Área do Investidor (disponível em <https://www.investidor.b3.com.br/>), na seção “Serviços”, clique em “Assembleias em Aberto”;
- (b) transmitir as instruções de preenchimento ao agente escriturador da Companhia, BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM, caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou

- (c) encaminhar uma cópia digitalizada do BVD devidamente preenchido, rubricado e assinado, acompanhada dos documentos indicados no Item 2.1 acima, conforme aplicável, para o endereço eletrônico da Companhia (ri@allianca.com).

Nos termos da Resolução CVM 81, em até 3 (três) dias contados do recebimento do Boletim de Voto, a Companhia acusará seu recebimento e informará se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

Boletins de Voto recepcionados pela Companhia após às 14h30m do dia 05 de setembro de 2026 serão desconsiderados. Após o prazo para o voto a distância, salvo se prazo diverso for estabelecido pelos respectivos agentes de custódia, depositário central ou pelo Escriturador, os acionistas não poderão mais alterar as instruções de voto enviadas, exceto na própria AGO, via participação presencial, quando poderão solicitar especificamente a desconsideração das instruções de voto enviadas por BVD antes que a respectiva matéria seja submetida à votação.

Os BVDs estão disponíveis nos *websites* da Companhia (<https://ri.allianca.com/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Na AGO da Companhia, a ser realizada no dia 09 de setembro de 2026, às 14h30m, serão submetidas à apreciação de seus acionistas a presente proposta da administração ("Proposta da Administração" ou "Proposta") sobre as matérias constantes da ordem do dia abaixo indicadas:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas (a) do relatório anual da administração, (b) do parecer dos auditores independentes e (c) do relatório do Comitê de Auditoria da Companhia.

A administração da Companhia propõe a V.Sas. a aprovação das contas dos administradores da Companhia e das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório anual da administração, do parecer dos auditores independentes e do relatório do Comitê de Auditoria da Companhia, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2026.

A BKR – Lopes, Machado Auditores S.S emitiu parecer a respeito das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras, incluindo o relatório anual da administração, o parecer dos auditores independentes e o relatório anual do Comitê de Auditoria, foram disponibilizados em 29 de julho de 2026 nos *websites* da Companhia (<https://ri.allianca.com>), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br), e publicadas no jornal Folha de São Paulo em 06 de agosto de 2026.

Os comentários da administração sobre a situação financeira da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme o art. 10, inciso III, da Resolução CVM 81, nos termos do item 2 do Formulário de Referência da Companhia, podem ser encontrados no **Anexo I** desta Proposta da Administração.

2. Proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Considerando que a Companhia apurou prejuízo consolidado no montante de R\$ 1.371.830.523,72 (um bilhão e trezentos e setenta e um milhões e quinhentos e vinte e três mil e setenta e dois centavos) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, não há lucro líquido a ser distribuído como dividendos

aos acionistas da Companhia. O prejuízo apurado no exercício será destinado à conta de prejuízos acumulados da Companhia.

Tendo em vista a apuração de prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia não apresentará o Anexo A da Resolução CVM 81, conforme decisão do Colegiado da CVM de 27 de setembro de 2011 (Processo CVM RJ2010/14687) e permissão do Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.

3. Fixação do limite da remuneração anual global dos administradores da Companhia e dos membros do Comitê de Auditoria para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026.

A administração da Companhia propõe que o limite da remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Comitê de Auditoria para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026 seja no montante de até R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais), mais encargos.

Cabe ao Conselho de Administração ratear as remunerações individuais dos membros do próprio Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Comitê de Auditoria, nos termos do artigo 9º, parágrafo 3º, do Estatuto Social.

Em atendimento ao artigo 13 da Resolução CVM 81, as informações sobre remuneração dos administradores indicadas no item 8 do Formulário de Referência encontram-se no **Anexo II** a esta Proposta.

Conclusão

Pelos motivos acima, a Administração da Companhia submete o presente Manual e Proposta à apreciação dos acionistas e recomenda a sua integral aprovação.

ALLIANÇA SAÚDE E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 42.771.949/0018-83

Código CVM 24058

ANEXO I

Comentário dos Diretores

Seção 2 do Formulário de Referência

2.1 Comentários dos Diretores

Os valores e informações financeiras constantes nesta seção 2.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 e devem ser lidos em conjunto com tais demonstrações financeiras, as quais foram elaboradas de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos diretores da Companhia e traduzem a visão e percepção de tais diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a compreender as (i) as mudanças nas linhas principais das demonstrações financeiras entre os períodos analisados; e (ii) os principais fatores que explicam tais variações.

A análise dos diretores da Companhia esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. Não obstante, determinadas discussões contidas neste item incluem declarações prospectivas que envolvem riscos e incertezas. Os resultados reais da Companhia e o momento em que os eventos ocorrem podem diferir materialmente daqueles expressos ou implícitos em tais declarações prospectivas como resultado de vários fatores, incluindo aqueles estabelecidos nos itens 4.1 e 4.3 do Formulário de Referência da Companhia. A administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à receita operacional líquida para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para nosso balanço patrimonial.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia encontra-se em um processo de aprimoramento de sua estrutura operacional e de capital, e, com base nas informações descritas a seguir, é notável que a Companhia está em um cenário de incertezas significativas da continuidade operacional, contudo, destaca-se as medidas implementadas para atender suas necessidades de capital de curto, médio e longo prazos. Esse

cenário é fruto de uma série de acontecimentos que afetaram principalmente a liquidez corrente da Companhia, como o vencimento no curto prazo de dívidas bancárias em 2025

A Companhia encontra-se em processo de reestruturação de sua estrutura operacional e de capital, decorrente principalmente da mudança de controle acionário ocorrida no período, com efeitos relevantes sobre sua posição de liquidez. Com base nas informações descritas a seguir, há incertezas significativas quanto à continuidade operacional da Companhia, associadas notadamente ao vencimento no curto prazo de dívidas bancárias, ao capital circulante líquido negativo e à restrição de liquidez corrente daí decorrente.

A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente e o índice de endividamento da Companhia nas datas de encerramento dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

(Em milhares de reais – R\$, exceto índices)	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Ativo circulante	507.218	694.432	524.747
Passivo circulante	1.799.442	666.400	734.820
Passivo não circulante	243.134	1.086.005	990.999
Patrimônio líquido	-252.232	1.136.817	943.992
Índice de liquidez corrente(1)	0,28	1,04	0,71
Índice de endividamento total(2)	-8,10	1,54	1,83

(1) O índice de liquidez corrente é calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

(2) O índice de endividamento total é calculado por meio da divisão do total do passivo (circulante e não circulante) pelo patrimônio líquido.

Os diretores da Companhia entendem que a queda do índice de liquidez corrente em 31 de dezembro de 2025 é resultado da (i) atualização do contas a receber, atualizando para um resultado fidedigno eliminando provisões e resquícios do passado, (ii) atualização de impostos a recuperar, trazendo um valor de acordo com a situação real da Companhia, (iii) aumento da dívida devido vencimento antecipado das debêntures e partes relacionadas trazendo tais despesas para o curto prazo e (iv) postergação de pagamento à credores devido falta de caixa.

Os diretores da Companhia esclarecem que o aumento do índice de endividamento total em 31 de dezembro de 2025 é resultado do prejuízo acumulado no patrimônio líquido ocasionado pelas reclassificações contábeis do (contas a receber, impostos a recuperar, impairment).

Exercício de 2025 comparado com o exercício de 2024

Em 2025 a Companhia apresentou um ano com desempenho operacional positivo, entretanto enfrenta problemas de liquidez e capital de giro. O ano foi marcado por uma receita crescente. Registramos uma receita bruta de R\$ 1,3 bilhões, mais um ano com crescimento positivo apesar das dificuldades enfrentadas, com um crescimento de 2,0% comparado ao ano de 2024.

Esse crescimento ocorreu na maior parte das principais linhas de negócio, com destaque especial para o segmento B2B, que mais um ano apresentou uma expansão de 34% no ano acumulado e para análises clínicas (AC) que gerou 5% de crescimento no ano acumulado. Esse resultado é fruto do nosso compromisso com a construção de parcerias e alianças duradouras e sustentáveis, alinhadas à essência da nossa companhia.

O exercício de 2025 foi marcado por um cenário operacional e financeiro desafiador para a Aliança. A Companhia registrou crescimento de receita, demonstrando a consistência do modelo operacional. Contudo, uma combinação de fatores adversos pressionou os indicadores financeiros e o capital de giro da Companhia, sendo ele: o ambiente macroeconômico desfavorável, com taxas de juros elevadas e custo elevado do endividamento; o vencimento antecipado das debêntures, decorrente de cláusulas contratuais acionadas pela mudança de controle acionário e a não conversão do crédito devido por partes relacionadas em ações devido ao cancelamento do procedimento de aumento de capital da Aliança, o que resultou na reclassificação do montante correspondente para o passivo financeiro de curto prazo. A nova Administração endereçou esses eventos de forma tempestiva, com medidas estruturadas voltadas à continuidade operacional, preservação da liquidez operacional e ao equilíbrio da estrutura de capital.

Em seus fundamentos operacionais, eliminando os efeitos não recorrentes, a Companhia apresentou um crescimento na receita líquida ajustada em 2,2% comparado com 2024; apesar da dificuldade operacional, a margem EBITDA Ajustado ficou acima dos 20%, mostrando que o business é rentável, e através de revisões subsequentes em 2026 com a nova administração, foi possível identificar boas oportunidades de melhorias que estão em andamento; redução na alavancagem passando de 2,5x para 1,6x em 2025, contudo esse indicador, isoladamente, não reflete a real situação de liquidez da Companhia: o índice de liquidez corrente permanece significativamente comprometido pelo passivo de curto prazo, e a dívida bancária, ainda que reduzida em montante, concentra-se quase integralmente em vencimentos de curto prazo.

No exercício de 2025, a Companhia identificou a necessidade de realizar ajustes contábeis sem efeito caixa da ordem de R\$ 1.276 milhões, com o objetivo de aproximar o balanço patrimonial à realidade econômica subjacente. Adicionalmente, houve deterioração relevante da liquidez de curto prazo, evidenciada pelo índice de liquidez corrente de 0,3x e pelo capital circulante líquido negativo.

Exercício de 2024 comparado com o exercício de 2023

Em 2024 a Companhia teve um desempenho positivo que reflete a bem-sucedida estratégia de diversificação das fontes de receita e otimização da utilização de recursos. O ano foi marcado por uma expansão constante da receita, trimestre após trimestre, consolidando nossa trajetória de crescimento sustentável. Registramos uma receita bruta de R\$ 1,29 bilhões, que foi a maior da série histórica reportada, com um crescimento de 3,5% comparado ao ano de 2023.

Esse crescimento ocorreu em todas as principais linhas de negócio, com destaque especial para o segmento B2B, que apresentou uma expansão expressiva superando os 146% no ano acumulado. Esse resultado é fruto do nosso compromisso com a construção de parcerias e alianças duradouras e sustentáveis, alinhadas à essência da nossa companhia.

A Companhia segue focada na sua agenda de eficiência, otimizando a utilização de seus recursos financeiros, tecnológicos e humanos, bem como na constante revisão de seus processos. Como reflexo dessas iniciativas, registramos um EBITDA Ajustado de R\$ 289 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 que resultou em uma Margem EBITDA de 24%, 3,9 p.p. sobre o ano anterior reafirmando o compromisso com uma agenda de eficiência operacional contínua.

A dívida líquida total, composta por Empréstimos (+) Parcelamento de Impostos (+) Contas a pagar por aquisição de empresas (-) Caixa, Equivalente de caixa e Títulos, ficou em R\$709 milhões no final de 2024, uma redução de 19% em relação ao mesmo período no ano anterior; essa redução aliada à melhora do EBITDA Ajustado resultou em um índice de alavancagem financeira de 2,5x, 34% menor do que o apresentado em dezembro de 2023.

Outro marco importante foi a assinatura de um contrato estratégico, em dezembro de 2024, com uma das maiores operadoras de saúde do Brasil para operação de diagnósticos de análises clínicas no principal hospital do grupo, na cidade de São Paulo. Com isso a Allianza inaugurou o seu primeiro Núcleo Técnico Hospitalar, marcando um passo relevante na agenda de expansão. As operações tiveram início no 1T25 e por isso ainda não reflete nos resultados da Companhia.

Reiteramos nosso compromisso com o futuro, promovendo saúde e mantendo-nos firmes ao nosso propósito de crescimento contínuo, perpetuidade e geração de valor sustentável. Estamos confiantes de que continuaremos avançando de forma consistente, focados em entregar resultados sólidos e sustentáveis para todos envolvidos em nossa cadeia.

b. Estrutura de Capital

O Patrimônio Líquido da Companhia ao final dos exercícios de 2025, 2024 e 2023 era respectivamente de R\$-252,2, R\$ 1.136,8 e R\$ 943,9 milhões. A queda do Patrimônio Líquido em 2025 é resultado prejuízo acumulado apresentado no exercício.

O Capital de terceiros na Companhia ao final dos exercícios de 2025, 2024 e 2023 era respectivamente de R\$2.042,6, R\$ 1.752,4 e R\$ 1.725,8 milhões. O aumento do capital de terceiros de 60,6% em 2024 para 114,1% em 2025, reflete a queda do patrimônio líquido devido aos ajustes contábeis afetando o resultado de prejuízo acumulado no ano.

Segue abaixo tabela com a composição da estrutura de capital da Companhia no final dos exercícios de 2025, 2024 e 2023:

(Em milhares de reais – R\$)	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2023
Capital de Terceiros (Passivo Circulante e Não circulante)	2.042.576	1.752.405	1.725.819
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	-252.232	1.136.817	943.992
Capital Total (Terceiros + Próprio)	1.790.344	2.889.222	2.669.811
Capital de Terceiros/Capital Total	114,09%	60,65%	64,64%
Capital Próprio/Capital Total	-14,09%	39,35%	35,36%

O processo de aprimoramento de sua estrutura operacional e de capital contempla ações para melhorar a estrutura de capital da Companhia, assim como seu crescimento, tornando-a apta a consumação de seu plano estratégico.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia encerrou o ano de 2025 enfrentando dificuldades com a liquidez e capital de giro. Do ponto de vista operacional, a Companhia apresenta crescimento de receita e expansão de volume nos segmentos de Análises Clínicas e B2B. Contudo, no estágio atual, a geração operacional de caixa ainda não é suficiente para fazer frente ao volume e ao custo das obrigações financeiras acumuladas, reflexo de uma estrutura de dívida historicamente elevada e cara, agravada pelo ambiente de juros altos no Brasil e pelos eventos descritos acima.

Diante desse cenário desafiador, com ações subsequentes a 2025, a Companhia adotou medidas concretas para estabilizar sua posição de liquidez: (i) obtenção da Tutela Cautelar, que suspendeu cobranças e execuções por 60 dias, criando o espaço necessário para a condução das negociações com credores; e (ii) captação de R\$ 126 milhões via emissão de debêntures na controlada Cura, reforçando o caixa operacional no curto prazo. Em paralelo, a Administração conduz um planejamento estratégico estruturado de negociação com credores, voltado ao reequilíbrio sustentável da estrutura de capital e à normalização dos indicadores de liquidez.

(Em milhares de reais – R\$, exceto índices)	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Ativo circulante	507.218	694.432	524.747
Passivo circulante	1.799.442	666.400	734.820
Índice de Liquidez Corrente	0,28	1,04	0,71
Ativo Total	1.790.344	2.889.222	2.669.811
(-) Imobilizado	586.808	593.704	561.506
(-) Intangível	291.663	1.003.888	1.002.026
Passivo Total	2.042.576	1.752.405	1.725.819
Índice de Liquidez Geral	0,45	0,74	0,64

Os índices de liquidez geral da Companhia (total do ativo menos imobilizado e ativo intangível dividido pelo total do passivo) ao final dos exercícios de 2025, 2024 e 2023 eram de 0,45, 0,74 e

0,64 respectivamente, enquanto os índices de liquidez corrente da Companhia (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) ao final dos exercícios de 2025, 2024 e 2023 eram de 0,28, 1,04 e 0,71 respectivamente.

A Companhia avalia que seus índices de liquidez corrente apresentam uma situação pressionada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo. Em paralelo, a Administração conduz um planejamento estratégico estruturado de negociação com credores, voltado ao reequilíbrio sustentável da estrutura de capital e à normalização dos indicadores de liquidez.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para realizar os investimentos em ativos não-circulantes e no capital de giro no exercício de 2025 a Companhia se utilizou da própria geração de caixa operacional, de financiamentos de terceiros, conforme descrito no item (f) e de aporte do antigo controlador, no valor total de R\$ 532 milhões.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Do ponto de vista operacional, a Companhia apresenta crescimento de receita e expansão de volume nos segmentos de Análises Clínicas e B2B. Contudo, no estágio atual, a geração operacional de caixa ainda não é suficiente para fazer frente ao volume e ao custo das obrigações financeiras acumuladas, reflexo de uma estrutura de dívida historicamente elevada e cara, agravada pelo ambiente de juros altos no Brasil. A Administração conduz um planejamento estratégico estruturado de negociação com credores, voltado ao reequilíbrio sustentável da estrutura de capital e à normalização dos indicadores de liquidez.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i./ii. contratos de empréstimos e financiamentos e outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A tabela abaixo mostra a evolução do endividamento da Companhia no final dos exercícios de 2025, 2024 e 2023:

Empréstimos	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2023
(em R\$ milhares)			
CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos e			
Debêntures	463.708	293.991	375.976
Total do endividamento circulante	463.708	293.991	375.976
NÃO CIRCULANTE			

Empréstimos e financiamentos	4.980	427.722	669.306
Total do endividamento não circulante	4.980	427.722	669.306
Total do endividamento	468.688	721.713	1.045.282

As características dos principais contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas estão descritas a seguir:

Devedor	Modalidade	Vencimento	Indexador	Taxa Contratual
Companhia	Capital de Giro (i)	Anual julho/22 a março/26	CDI +	3,00% a.a.
Companhia	Capital de Giro (ii)	Dezembro/2024 e dezembro/2025	CDI +	2,30% a.a.
Companhia	Debêntures (iii)	Semestral abril/2024 a outubro/2027	CDI +	2,75% a.a.
Companhia	Capital de Giro (iv)	Mensal outubro/2024 a dezembro/25	CDI +	3,80% a.a.
Companhia	Capital de Giro (v)	Mensal dezembro/2022 a maio/2026	CDI +	2,42% a.a.
Companhia	Nota Comercial (vi)	Anual agosto/26/2026	CDI +	1,00% a.m.
Companhia	Capital de Giro (vii)	Mensal setembro/2023 a agosto/2026	CDI +	8,41% a.a.
Companhia	Capital de Giro (viii)	Outubro/25	CDI+	6,00% a.a.
Companhia	Capital de Giro (ix)	Jan/26	CDI+	1,2% a.m.
Companhia	Capital de Giro (x)	Abril /33	IPCA+	6,51% a.a.
Companhia	Capital de giro (xi)	Mensal nov/2025 a out/2026	CDI +	1,6% a.m.
Companhia	Capital de giro (xii)	Mensal ago/25 a julho/2038	CDI+	CDI + 2,43% a.a.
Companhia	Capital de giro (xiii)	Trimestral jan/26 a out./2030	SOFR+	SOFR + 3,75% a.a.

Principais captações da Companhia e de suas controladas existentes ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025:

i Empréstimo concedido pelo Itaú Unibanco em 26 de novembro de 2020 para a Controladora no valor de R\$72.510, e possui como indexador CDI acrescido de 3% a.a, com vencimento em março/26.

ii Empréstimo concedido pelo Banco do Brasil em 01 de outubro de 2020 para a Controladora no valor de R\$30.000, com indexador CDI acrescido de 2,3% a.a. com amortização em duas parcelas, no valor de R\$ 15.000 cada, com vencimentos em dezembro de 2024 e dezembro 2025. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Banco do Brasil.

iii Em 18 de outubro de 2022, a Companhia concluiu a captação de recursos financeiros, em oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, coordenada, estruturada e distribuída pela BR Partners, por meio de emissão de debêntures simples no valor total de R\$ 400.000, com indexador CDI acrescido de 2.75%. a.a., e vencimento em 8 parcelas semestrais, sendo a primeira em abril de 2024 e a última em outubro de 2027.

- iv Empréstimos concedidos pelo Votorantim em 22 de outubro de 2024 e maio/2025 para a Controladora no valor de R\$ 31.766, com indexador CDI acrescido de 3,80% a.a. com parcelas mensais e vencimento em dezembro/2025
- v Empréstimo concedido pela Caixa Econômica Federal em maio de 2022 para a Controladora no valor de R\$50.000, com indexador CDI acrescido de 2,42% a.a. com parcelas mensais e vencimento em maio/26
- vi 7ª emissão de notas Comerciais distribuída em agosto de 2025 pela controladora, no valor de R\$ 6.200, com indexador CDI acrescido de 1% a.m. com parcela única e vencimento em agosto/26
- vii Empréstimos concedidos pelo Banco Sofisa entre agosto de 2023 e setembro 2025 para a Controladora no valor de R\$ 45.180, com indexador CDI médio acrescido de 7,4%% a.a. com parcelas mensais e vencimento em agosto/26
- viii Empréstimo concedido pelo Letsbank em outubro de 2024 para a Controladora no valor de R\$ 18.260, com indexador CDI acrescido de 6% e vencimento em outubro de 2025
- ix Empréstimo concedido pelo SRM em janeiro de 2025 para a Controladora no valor de R\$ 5.000, com indexador CDI acrescido de 1,2% ao mês e vencimento em janeiro de 2026
- x O Financiamento Cédula de Crédito Bancário, está garantido por alienação fiduciária de bens financiados, concedidos pelo Banco Nordeste a RBD no valor de R\$ 3.076, com taxa de 6,5182% ao ano mais média o IPCA FNE dos últimos 12 meses e vencimento em abril de 2033.
- xi Empréstimo concedido pelo Portobank em outubro de 2025 para a Controlada TKS no valor de R\$ 36.462, com taxa de 1,6% ao mês e vencimento em outubro de 2026
- xii Empréstimo concedido pelo Unicred a controlada Cura, com saldo de R\$ 20.000 no momento da aquisição, com indexador CDI acrescido de 2,43% ao ano e vencimento em julho de 2038
- xiii Empréstimo concedido pela Siemens Servicios Comerciales em outubro de 2025 para a controladora no valor de US\$ 10.000, com indexador SOFR Rate acrescido de 3,75% ao ano, com vencimento em 2030

xiv

iii. Grau de Subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia e de suas controladas registradas no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. Em eventual situação de concurso universal de credores, as obrigações registradas no passivo dos balanços patrimoniais, que integram as demonstrações financeiras da companhia, apresentam a ordem de precedência nos termos da legislação em vigor.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Dentre os contratos de financiamentos relevantes firmados pela Companhia e por suas controladas com terceiros, alguns possuem cláusulas contratuais restritivas próprias da natureza

da operação, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações. Tais cláusulas, dentre outras condições exigem que a Companhia e suas controladas não possuam inadimplência em suas obrigações; ações, demandas ou processos em vias de serem propostos, que, se decididos em desfavor da Companhia, teriam efeito prejudicial sobre a sua condição financeira ou prejudicariam sua capacidade de cumprir as obrigações.

As debentures no valor de R\$ 400 milhões exigem que o quociente da divisão da Dívida Líquida da Companhia pelo EBITDA ajustado dos últimos 12 meses da Companhia deverá ser inferior a 3,0 (três inteiro), apurado trimestralmente, entre os períodos de 30 de dezembro de 2024 até 30 de setembro de 2027. Enquanto o empréstimo com a Siemens exige que este quociente fique abaixo de 2,75x, além de exigir que o quociente da divisão EBITDA ajustado dos últimos 12 meses da Companhia pelo Resultado Financeiro dos últimos meses da Companhia seja maior do que 1,9, apurado trimestralmente.

Além disso, a Companhia é parte como tomadora em contratos de empréstimos e financiamentos no contexto dos quais está obrigada à observância de determinadas obrigações e restrições, sob pena de vencimento antecipado das dívidas. Tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela Companhia e incluem, dentre outras:

- (a) alteração do controle direto ou indireto da Companhia e/ou de suas controladas; e
- (b) alienação de ativos da Companhia e/ou de suas controladas.

Nos exercícios de 2023, 2024 e 2025 não houve qualquer requisição de vencimento antecipado ou medida adotada nesse sentido por qualquer credor da Companhia e a Companhia vem adimplindo pontualmente com as obrigações de pagamento de todos seus contratos e operações de financiamento.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2025 e na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía contratos de financiamento com limites disponíveis para desembolso futuro, uma vez que todos os valores contratados já haviam sido integralmente desembolsados.

Como evento subsequente, em decorrência da mudança do controle acionário da Companhia, foi caracterizada o vencimento antecipado das debêntures em circulação, nos termos previstos nas respectivas escrituras de emissão.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023. Vale ressaltar que o resultado de 2025 e 2024 estão expurgando o resultado da operação descontinuada, conforme mencionado nas demonstrações financeiras divulgadas em 2025.

Em milhares de reais – R\$)								
							AH%	AH%
	2025	AV%	2024	AV%	2023	AV%	2025 2024	vs 2023
Receita líquida de serviços	1.153.825	100,00%	1.177.550	100,00%	1.179.584	100,00%	-2,01%	-0,17%
Custo dos serviços prestados	-914.288	-79,24%	-833.459	-70,78%	-814.752	-69,07%	9,70%	2,30%
Lucro bruto	239.537	20,76%	344.091	29,22%	364.802	30,93%	-30,39%	-5,68%
Despesas gerais e administrativas	-292.505	-25,35%	-236.070	-20,43%	-325.077	-27,56%	23,91%	-27,38%
Outras despesas, líquidas	-989.441	-85,75%	5.887	0,49%	-6.980	-0,59%	-16907,22%	-184,34%
Resultado em participação societária	-	100,00%	-	-100,00%	6.156	0,52%	n/a	-100,00%
Lucro operacional antes do result. Financeiro	-1.042.409	-90,34%	113.908	9,29%	38.901	-3,30%	-1015,13%	192,82%
Resultado financeiro	-233.162	-20,21%	-207.277	-17,13%	-238.370	-20,21%	12,49%	-13,04%
Imposto de renda e contribuição social	-84.156	-7,29%	-21.322	-1,79%	-19.090	-1,62%	294,69%	11,69%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício Operações Continuadas	-1.359.727	-117,85%	-114.691	-9,63%	-218.559	-18,53%	1085,56%	-47,52%
Resultado líquido Operações Descontinuadas	-12.104	-1,05%	-2.545	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-1.371.831	-118,89%	-117.236	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas não controladores	513	0,04%	11.883	0,98%	9.319	0,79%	-95,68%	27,51%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores	-1.372.344	-118,94%	-129.119	-10,61%	-227.878	-19,32%	962,85%	-43,34%

Receita líquida de serviços

Exercício de 2025 comparado com o exercício de 2024

Em 2025 a receita líquida acumulada somou R\$ 1,2 bilhão, retração de 5% comparado a 2024, reflexo dos ajustes em PDD. Entretanto, eliminando os efeitos não-recorrentes, a receita líquida ajustada teve um avanço de 1,3% frente a 2024.

O aumento no volume de exames de análises clínicas continua sendo um destaque importante na nossa receita, além de mais um ano consecutivo o segmento B2B ter um crescimento relevante.

Exercício de 2024 comparado com o exercício de 2023

Em 2024 a receita bruta acumulada somou R\$ 1,3 bilhão, avanço de 3,5% frente a 2023, resultando na maior receita anual na série histórica.

O aumento no volume de exames particulares continua sendo um destaque importante na nossa receita o crescimento acumulado no ano foi de 8%, se tornando a segunda maior fonte de receita da Companhia acompanhada de maior rentabilidade – uma vez que esses exames possuem um ticket maior do que a média – e de redução do prazo médio de recebimento.

No quarto trimestre de 2024, firmamos um contrato estratégico que fortalece a posição da Aliança Saúde como prestadora de serviços de análises clínicas em unidades parceiras no modelo B2B. Esse contrato foi estabelecido com o principal hospital da rede própria de uma das maiores operadoras de saúde em São Paulo, viabilizando a instalação do primeiro Núcleo Técnico Hospitalar da Companhia. Esse marco representa um avanço significativo na nossa expansão. As operações tiveram início em 2025 e, portanto, ainda não estão refletidas nos resultados divulgados.

Outra conquista relevante, ainda não traduzida nos números apresentados, foi a assinatura de aditivos ao contrato de concessão da RBD, em parceria com o Governo do Estado da Bahia. Esse movimento reforça a presença da Companhia no setor de diagnóstico por imagem no estado. As novas adições ao contrato incluem a ampliação dos serviços oferecidos e a expansão para a 13ª unidade de imagem. Esses aditivos contribuirão para um crescimento expressivo na operação, com uma receita adicional estimada em R\$ 30 milhões e a realização de aproximadamente 124 mil exames por ano.

Com esses avanços recentes e outras iniciativas em andamento, como a extensão do credenciamento com uma das principais operadoras de saúde do país – ampliando o acesso ao CDB para mais 280 mil vidas na Grande São Paulo, evento subsequente ocorrido neste 1T25 – mantemos uma perspectiva positiva para o crescimento sustentável das operações da Companhia, robustecendo a geração de caixa operacional.

Custo dos serviços prestados

Exercício de 2025 comparado com o exercício de 2024

O custo dos serviços prestados contábil foi de R\$ 914,3, aumento 10% comparado com 2024, excluindo o custo de construção PPP e efeitos não recorrentes, o custo foi de R\$ 875,4 milhões, aumento de 6,3%, em relação ao exercício de 2024. Este aumento é explicado além do repasse da inflação, a dificuldade nas negociações com fornecedores devido problema com liquidez, alto nível de manutenção e serviços com terceiros.

Exercício de 2024 comparado com o exercício de 2023

O custo dos serviços prestados ajustado pela Companhia, excluindo o custo de construção PPP, em 2024 foi de R\$ 851,8 milhões (margem bruta de 30,0%), aumento de R\$ 46.6 milhões, ou 5,72%, em relação ao exercício de 2023 e aumento de 3,0 p.p na margem bruta. Este aumento é explicado principalmente pelos custos de honorários médicos da linha negócio B2B que avançaram em 8%, quando comparados à 2023.

Gerenciamos também outros fatores que impactaram o custo dos serviços, como a linha de Pessoal, que cresceu 15% como resultado da ampliação da equipe nas operações B2B e da implementação do piso salarial de enfermagem em 2024. Apesar desses aumentos, conseguimos compensar os seus efeitos através da extensa revisão nas linhas de despesas, obtendo margens operacionais saudáveis, uma vez que a soma das linhas de custos e despesas registrou uma redução de 3% em 2024 em relação a 2023.

Lucro bruto

Exercício de 2025 comparado com o exercício de 2024

o Lucro Bruto atingiu R\$ 240 milhões em 2025, redução de 30% versus 2024. O Lucro Bruto ajustado foi de R\$ 318 milhões, redução de 8%, com redução de margem bruta em 2,8 p.p., refletindo os problemas enfrentados pela falta de liquidez, alto nível de máquinas paradas e dificuldade em negociação com fornecedores.

Exercício de 2024 comparado com o exercício de 2023

Com base nos fatores mencionados acima, o Lucro Bruto atingiu R\$ 356 milhões em 2024, representando uma redução de 3% versus 2023.

Despesas gerais e administrativas

Exercício de 2025 comparado com o exercício de 2024

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as despesas gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$ 293 milhões, aumento de 24% comparado com 2024. Além da pressão exercida pelos custos no ano, existe alguns valores não expurgados, como: R\$ 8 milhões de honorários advocatícios; R\$ 21 milhões de efeito de PDD; além dos reajustes contratuais de aluguéis e custos associados ao processo de reestruturação operacional em curso. Devido ao ajuste contábil elaborado pela Companhia, a linha de outras despesas líquidas, em 2025 incorporou um ajuste contábil não recorrente e sem efeito caixa de R\$ 1,0 bilhão, evento recorrente dos ajustes em impairment, contas a receber, e impostos.

Exercício de 2024 comparado com o exercício de 2023

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, as despesas gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$ 248,6 milhões. Isso representa uma redução de R\$ 76,5 milhões, equivalente a -23,53% em relação a 2023. Dentre os principais destaques do período, a otimização da estrutura de backoffice permitiu uma redução de 29% na linha de despesas de Pessoal em relação a 2023, compensando integralmente o aumento dos custos com equipe no período – como resultado, a soma das linhas de custos e despesas de Pessoal apresentou uma redução de 5%. Já nas linhas de custos e despesas de Ocupação, Terceiros e Outros, obtivemos uma contração de mais de 10% versus 2023, reforçando o nosso compromisso com a lucratividade sustentável e escalável. Vale ressaltar que todas essas reduções descritas levam em consideração as despesas não recorrentes. Portanto, se ajustadas seriam ainda maiores.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

Exercício de 2025 comparado com o exercício de 2024

Em razão dos fatores explicados nas seções anteriores, a Companhia registrou um prejuízo operacional antes do resultado financeiro de R\$ 1,0 bilhão em 2025.

Exercício de 2024 comparado com o exercício de 2023

Em razão dos fatores explicados nas seções anteriores, a Companhia registrou um Lucro operacional antes do resultado financeiro de R\$ 113 milhões em 2024, obtendo um aumento de R\$ 74.1 frente ao R\$ 38,9 milhões, em resultado apresentado em 2023.

Resultado financeiro

Exercício de 2025 comparado com o exercício de 2024

Em 2025, o resultado financeiro da Companhia foi negativo em R\$ 233,2 milhões, representando um aumento de 120%, em comparação com o ano anterior. Esse aumento se deve principalmente as elevadas taxas de juros e a falta de caixa para rendimento financeiro.

Exercício de 2024 comparado com o exercício de 2023

Em 2024, o resultado financeiro da Companhia foi negativo em R\$ 208.5 milhões, representando uma redução de R\$ 29.9 milhões, ou 12,5%, em comparação com o ano anterior. Essa redução se deve principalmente a redução do endividamento e novas contratações.

Imposto de renda e contribuição social

Exercício de 2025 comparado com o exercício de 2024

Em 2025, a despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia atingiu um saldo negativo de R\$ 84,2 milhões, representando um aumento de R\$ 62,8 milhões. Eliminando os efeitos não recorrentes, o IRCS foi negativo em R\$ 17,7 milhões, uma melhora de 17% frente a 2024.

Exercício de 2024 comparado com o exercício de 2023

Em 2024, a despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia atingiu um saldo negativo de R\$ 21.8 milhões, representando um aumento de R\$ 1.9 milhões em relação a 2023. Esse aumento se deve, principalmente, aos tributos correntes no exercício.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

Exercício de 2025 comparado com o exercício de 2024

Em razão dos fatores acima, em 2025, a Companhia registrou um prejuízo líquido de R\$ 1,4 bilhão, aumento de R\$ 1,3 bilhão versus 2024. Expurgando os ajustes contábeis e não recorrentes, o prejuízo líquido foi de R\$ 52 milhões, melhora de 38% comparado com 2024.

Vale ressaltar que em 2025, foi apresentado nas demonstrações contábeis da Companhia, como evento subsequente, a venda da marca GCO. Na qual foi expurgada do resultado, e apresentada como Lucro / Prejuízo Líquido de operações descontinuadas.

Exercício de 2024 comparado com o exercício de 2023

Em razão dos fatores acima, em 2024, a Companhia registrou um prejuízo líquido de R\$ 117.2 milhões, reduzindo R\$ 101.3 milhões em relação ao prejuízo líquido apresentado em 2023.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os exercícios indicados:

(Em milhares de reais – R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) líquido do período	- 1.371.831	- 117.236	- 218.559
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	90.106	102.231	93.130
Ações restritas reconhecidas	0	382	330
Valor residual de ativos imobilizados baixados e investimentos	8349	310	1.301

Encargos financeiros, variação cambial e derivativos.	110.358	149.439	157.786
Atualização do ativo financeiro	-13.552	-16.384	-18.436
Resultado em participação societária	0	-	-6.156
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	54.390	10.961	-3.405
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	66.279	3.300	1.723
PIS/COFINS/ISSQN diferidos	0	-697	-1.975
Impostos diferidos	57.667	-6.034	-6.958
Impairment	12.982	0	0
Caixa de Operações descontinuadas	-1.545	0	0
Provisão de perda alienação de controlada	13.359	0	0
Perda por impairment do ativo intangível	727.802	0	0
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber	237.273	-217.080	21.440
Estoques	2.316	643	2.370
Outros ativos	-82.180	-18.595	-29.369
Ativo financeiro	-18.984	-10.143	-6.522
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	163.236	-50.541	38.997
Fornecedores risco sacado		-	-
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	140.943	20.559	12.185
Obrigações tributárias e parcelamento de impostos	-1.014	130.628	73.085
Outros passivos	6.950	-27.699	4.798
Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.781	-1	-16.094
Dividendos e JSCP recebidos de controladas	-427	4.936	2.633
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	200.696	-41.021	102.304
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras	0	-	3.063
Aquisição de participação minoritária		-	-
Aquisição de controladas, líquido do caixa recebido	0	-3.845	-1.181
Partes relacionadas	308.821	245.641	-21.613
Adição em investimentos	-11.114	-	101
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	-77.855	-99.387	-91.520
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	219.852	142.409	-111.150
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital – AFAC	9	310.900	200.100
Pagamento ações restritas	0	-382	-
Dividendos pagos	-17.227	3.634	-15.020
Valores recebidos de empréstimos, líquidos	202.161	123.704	322.358
Juros pagos	-98.481	-128.653	-101.509
Amortização de empréstimos, financiamentos e derivativos	-505.238	-514.214	-397.232
Recebimento (pagamento) de instrumento financeiro derivativo	0	-	-
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento	-418.776	-205.011	8.697

AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.772	-103.623	-149
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do período	114.972	218.595	218.744
No fim do período	116.745	114.972	218.595
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.772	-103.623	-149

Atividades operacionais

- Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2025 vs 2024**

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$200 milhões no exercício de 2025, um aumento de R\$ 242 milhões em relação ao exercício social anterior. Esse aumento de 6% deve pela capacidade da Companhia de gerar caixa operacionalmente, entretanto, também refletido pelo não pagamento de fornecedores, que foram prorrogados devido falta de liquidez.

- Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2024 vs 2023**

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ -41 milhões no exercício de 2024, uma redução de R\$ 143.3 milhões em relação ao exercício social anterior. Esta redução de 140% deve-se, principalmente, ao aumento de obrigações tributárias e impostos e contas a receber.

Atividades de investimento

- Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2025 vs 2024**

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 220 milhões em 2025 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 142.4 milhões no exercício social de 2024, o que representou um aumento de 54%. Isso é reflexo de um aumento de operações com parte relacionadas.

- Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2024 vs 2023**

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 142.4 milhões em 2024 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ -111.2 milhões no exercício social de 2023, o que representou um aumento de R\$ 253.6 milhões, ou 128%. Isso é reflexo de um aumento de operações com parte relacionadas.

Atividades de financiamento

- Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2025 vs 2024**

Em 2025, o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ -419 milhões, em comparação com R\$ -205 milhões em 2024. Esse aumento é reflexo do pagamento das suas

dívidas bancárias que estavam alocadas no curto prazo, na qual intensificou o problema com liquidez da Companhia.

- **Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2024 vs 2023**

Em 2024, o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ -205 milhões, em comparação com a aplicação de R\$ 8.7 milhões em 2023. Essa diferença representa uma redução de R\$ 213.7 milhões. Essa redução se deve principalmente pela maior captação de AFAC, à menor captação e maior amortização de empréstimos e financiamentos durante o período.

2.2 Comentários dos diretores sobre:

a. Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia é uma das maiores redes de diagnósticos por imagem do Brasil em número de equipamentos de ressonância magnética, de acordo com dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), e estamos entre os maiores prestadores de serviços de medicina diagnóstica do Brasil em termos de receita líquida, ao compararmos nossas informações financeiras aos dados divulgados por nossos principais concorrentes. Nosso parque inclui 109 máquinas de Ressonância Magnética de primeira linha em cerca de 41 cidades do Brasil, onde estamos presentes através de aproximadamente 17 marcas regionais. Além das unidades de atendimento, a Companhia possui uma operação B2B de negócios, o iDR – Inteligência Diagnóstica Remota, que atende clínicas e hospitais e um produto de marketplace chamado Cartão Aliança, no qual clientes têm acesso a uma rede exclusiva de benefícios e descontos. Em 2025 a Companhia realizou cerca de 848 mil exames de Ressonância Magnética, e mais de 9,2 milhões exames de análises clínicas.

As operações da Companhia e de suas controladas se referem a um único segmento operacional, conforme detalhado no item 1.3 do seu Formulário de Referência, a saber, o segmento de “Serviços Auxiliares de Apoio Diagnóstico” (“SAD”), que engloba as duas principais linhas de serviços relevantes prestados pela Companhia e por suas controladas, ou seja, (a) diagnósticos por imagem; e (b) análises clínicas.

A linha de serviços de diagnósticos por imagem inclui (i) exames de imagem – e.g. ressonância magnética, tomografia, computadorizada, ultrassom, raio-x, densitometria óssea, mamografia, cintilografia, PET-CT (tomografia computadorizada por emissão de pósitrons) – os quais envolvem a captura de imagens e sua posterior interpretação por médico qualificado para emissão de laudo; e (ii) exames de métodos gráficos – e.g. eletrocardiograma, cardiotocografia, holter (monitoração contínua), testes ergométricos e cardiopulmonares – que envolvem o

monitoramento de sinais vitais e seu registro por meio de representações gráficas, que são posteriormente interpretadas por médico qualificado para emissão de laudo.

A linha de serviços de análises clínicas consiste na realização de exames laboratoriais – e.g. hemograma, análise de urina e fezes, medição de colesterol e triglicerídeos, identificação de doenças sexualmente transmissíveis, exames de anatomia patológica, dentre outros, que envolvem a coleta de amostras e posterior análise por profissional habilitado, com o uso de equipamento automatizado. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, a receita bruta de diagnósticos por imagem representou, aproximadamente respectivamente 89%, 90% e 89%, da receita bruta de serviços total consolidada da Companhia e, a receita bruta de análises clínicas representou, aproximadamente respectivamente 11%, 10% e 11%, da receita bruta de serviços total consolidada da Companhia.

No geral, nossas linhas de negócio foram responsáveis por uma receita bruta (ex-construção) de R\$ 1.316,8 em 2025, R\$ 1.299,7 em 2024 e R\$ 1.255,8 em 2023.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos três últimos exercícios sociais, as atividades e resultados operacionais da Companhia foram afetadas por diversos fatores macroeconômicos e operacionais, dentre os quais, os principais foram os seguintes:

- a saúde financeira das operadoras de planos de saúde, hospitais e empresas que são as fontes pagadoras responsáveis pela maior parcela da receita de prestação de serviços da Companhia. Neste contexto, a situação de cada fonte pagadora individualmente pode influenciar a receita de prestação de serviços da Companhia e o prazo de recebimento pela prestação de serviços, ainda que a Companhia possua uma base de unidades e clientes dispersa pelo país;
- a situação operacional do nosso parque de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação. A receita líquida de serviços consolidada da Companhia depende da disponibilidade de aparelhos de diagnósticos em condições normais de operação para realização de exames que, por sua vez, depende de fornecimento por um número limitado de fabricantes de equipamentos médicos.
- a disponibilidade dos nossos fornecedores, incluindo os médicos parceiros que realizam os laudos dos exames e o parceiro processador de Análises Clínicas. O faturamento dos exames realizados depende da entrega em tempo adequado de laudos com qualidade mínima dos parceiros conforme orientação da Companhia;
- a capacidade comercial da Companhia em cumprir com as obrigações com credores, devido o problema de liquidez enfrentado, houve dificuldade em negociações para insumos e matéria prima, necessidade direta para a operação da Companhia; e
- a reputação das marcas regionais da Companhia. A procura por exames depende da reputação das marcas regionais da Companhia com os médicos solicitantes e com o público demandante em geral.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A Direção da Companhia entende que a situação financeira geral da Companhia, incluindo sua geração de receitas e seus resultados operacionais, estão sujeitos a incertezas relacionadas às condições macroeconômicas e políticas brasileiras, aprimoramento da estrutura operacional e econômico-financeira em curso, e às condições de mercado de diagnóstico por imagem nas cidades em que estamos presentes, como por exemplo:

- Instabilidade social e política;
- Expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- Flutuações cambiais relevantes;
- Alterações no regime fiscal e tributário;
- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- Taxas de juros;
- Inflação;
- Política monetária;
- Política fiscal;
- Racionamento de água e/ou energia; e
- Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

As alterações nestas variáveis podem afetar os resultados da Companhia positiva ou negativamente, principalmente se as mudanças forem significativas e não estiverem de acordo com as expectativas da Companhia.

O preço dos serviços da Companhia é negociado periodicamente com as diversas fontes pagadoras, utilizando como base de negociação os índices de inflação oficiais do país.

Para informações sobre as variações das receitas atribuíveis a modificação de preços, taxas de câmbio, inflação e alteração de volumes, veja o item 2.1, alínea (h) – "Discussão e Análise das Principais Contas Patrimoniais da Companhia", e o item 2.2, alínea (c), deste Formulário de Referência. Para uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos de mercado da Companhia, veja o item 4.3 do seu Formulário de Referência.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Na data deste Formulário de Referência, as atividades e receitas da Companhia estão totalmente concentrados no Brasil e em reais. Portanto, a Companhia é afetada diretamente pela conjuntura econômica do Brasil, que tem sido historicamente caracterizada por variações significativas em termos de crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio, principalmente flutuações entre o real e o dólar norte-americano. Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são influenciados por tais fatores e pelos efeitos de tais fatores sobre as taxas de desemprego, custos de financiamento, disponibilidade geral de crédito e salários médios no Brasil.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, os índices de preços mostraram um crescimento de preços da ordem de 4,26% (IPCA). Os custos e despesas da Companhia são impactados principalmente pela inflação nas cidades onde a Companhia está presente. Dessa forma, dentro de um possível cenário de aumento de inflação generalizado no Brasil, a Companhia pode não conseguir ajustar os preços dos serviços de forma a compensar completamente os efeitos da inflação sobre os custos e despesas.

A taxa de câmbio não afeta diretamente a receita da Companhia, mas afeta o preço de alguns insumos para realização de exames também atrelados ao dólar e a capacidade de investimento em novas máquinas, peças e equipamentos, uma vez que partes desses equipamentos e peças são importados ou possuem preços atrelados ao dólar.

As desvalorizações do Real com relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente as operações da Companhia.

2.3 – Comentários dos diretores sobre:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025 foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, em relação às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras consolidadas e não nas demonstrações financeiras separadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da orientação técnica CPC 48 (IFRS 9) e CPC 23 (IAS 8) na preparação destas demonstrações financeiras. Assim, todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

i) Emenda IAS 7 e IFRS 7 Acordos de financiamentos de fornecedores:

Acrescenta requisitos de divulgação e “sinalizações” dentro dos requisitos de divulgações existentes, solicitando às entidades que forneçam informações qualitativas e quantitativas sobre acordos de financiamento de fornecedores. (Exemplo: Risco Sacado). A Companhia não opera nessa modalidade

ii) Norma IFRS S1 e S2 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e divulgação relacionadas ao clima:

Conforme à Resolução CVM nº 193/2023 que requer as entidades divulguem informações sobre os seus riscos, oportunidades relacionadas a sustentabilidade e ao clima, bem como requisitos para identificar, mensurar e divulgar estas informações. A Companhia está avaliando os impactos da norma e não realizará a adoção voluntária em 2025. O prazo obrigatório para adoção é a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2026.

iii) Norma IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras:

O IFRS 18 introduz conjuntos de novas exigências para promover a consistência na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, as principais alterações da norma são: i) Novas categorias e subtotais no DRE: operacional, investimento e financiamento; ii) Divulgação em notas explicativas sobre métricas não GAAP (EBITDA); e iii) Apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza. A Companhia está avaliando os impactos da norma para atendimento, conforme vigência em 1º de janeiro de 2027.

Não existem outras normas, alterações de normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas, que possam, na opinião da Administração, ter um impacto significativo decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras, no entanto, os estudos seguem em andamento.

Reforma tributária no Brasil

Em janeiro de 2025, foi sancionado o Projeto de Lei (PLP) 68/2024, que estabelece a primeira Lei Complementar da Reforma Tributária (Lei nº 214/2025), criando os tributos CBS, IBS e IS, e promovendo alterações significativas na legislação tributária vigente. A referida lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2026, com regras de transição até 2033 e regulamentações que serão detalhadas por meio de novas leis ao longo de ano de 2025.

Um dos principais impactos desta Lei para o Grupo Allianz é a transição para o regime de não cumulatividade de impostos sobre a receita, o que permitirá à Companhia tomar créditos dos tributos incidentes nas aquisições de mercadorias e serviços. A Companhia está avaliando todos os reflexos da Reforma Tributária, com o objetivo de analisar os efeitos fiscais sobre custos, despesas, precificação, operações, sistemas e estrutura organizacional, além de garantir a conformidade com a nova legislação e identificar oportunidades de otimização estratégica.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Há ressalvas presentes no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, que se encontra transcrita abaixo:

“Conforme divulgado na nota explicativa nº 22, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu ativo fiscal diferido nos montantes de R\$108.374 mil na controladora e R\$151.188 mil no consolidado. A Administração fundamentou a expectativa de realização desses ativos, substancialmente, na possibilidade de utilização de prejuízos fiscais para amortização de débitos tributários federais no âmbito de transação tributária. Na mesma data, os débitos tributários apresentados na nota explicativa nº16 totalizavam R\$60.725 mil na controladora e R\$221.201 mil no consolidado. No entanto, até a conclusão de nossos trabalhos de auditoria, o acordo de transação tributária não havia sido homologado pela Receita Federal do Brasil, e não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente que comprovasse sua aprovação, os respectivos termos e condições, tampouco a possibilidade de utilização dos prejuízos fiscais. Adicionalmente, não nos foram apresentadas projeções de resultados tributáveis futuros que fornecessem suporte suficiente à recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos reconhecidos. Consequentemente, devido às incertezas relacionadas a recuperabilidade dos respectivos saldos, cujas conclusões não estão integralmente sob controle da Companhia, não foi possível determinar se seriam necessários ajustes no saldo de ativo fiscal diferido, assim como de efeitos reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025, caso a respectiva transação não seja concluída conforme expectativa projetada pela Administração.”

A ressalva transcrita decorre da incerteza quanto à recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos, cuja realização depende da efetiva homologação, pela Receita Federal do Brasil, da transação tributária que permitiria a utilização de prejuízos fiscais para amortização dos débitos tributários da Companhia.

2.4 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas Demonstrações Financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, a introdução

ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa adicional ao segmento operacional divulgado pela Companhia em suas demonstrações financeiras, conforme apresentado no item 2.2 acima.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 6.5 do seu Formulário de Referência.

c. Eventos ou operações não usuais.

A Companhia vem passando por um processo de aprimoramento de sua estrutura operacional e de capital em toda sua cadeia. As ações realizadas, como contratação de consultorias e assessores jurídicos; desligamentos e contratações; baixa de ativos da antiga gestão, identificados como não recuperáveis; e outros geraram desembolsos relevantes no exercício. Tais desembolsos foram classificados como não recorrentes, indicados no item 2.5 abaixo – Valor das medições não contábeis.

O resultado apresentado nas demonstrações financeiras de 2025 reflete ajustes no montante de R\$ 1.276 milhões decorrentes: (i) do reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) do Ágio e do direito de uso; (ii) da constituição de provisão para perdas esperadas sobre créditos com partes relacionadas; (iii) da revisão abrangente das premissas de mensuração e das estimativas de cálculo do saldo de contas a receber; (iv) da baixa parcial de créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL; (v) da atualização monetária, juros, multas e perda de benefícios de parcelamento incidentes sobre obrigações fiscais; e (vi) da revisão de contingências e de outras reconciliações de saldos.

- i) **Impairment de ativos.** Foi reconhecida perda por redução ao valor recuperável de parte dos ativos relacionados às principais unidades geradoras de caixa da Companhia, no montante de **R\$ 728 milhões**, apurada com base em laudo de avaliação independente elaborado por consultores externos habilitados, pelo método de fluxo de caixa descontado (DCF), com WACC de 14,0% a.a. e data-base de 31 de dezembro de 2025, contemplando a análise de 9 unidades geradoras de caixa existentes. O efeito da perda reflete as premissas e projeções ajustadas ao cenário atual da Companhia, incorporando o ambiente macroeconômico vigente e as perspectivas de geração de caixa de cada unidade avaliada, com foco na rentabilidade e na eficiência operacional.
- ii) **Revisão no contas a receber:** revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), conduzida à luz do CPC 48 (IFRS 9), que estabelece o modelo de perdas de crédito esperadas (*ECL*) — de natureza inerentemente estimativa. Essa revisão teve um impacto de **R\$ 180 milhões** baseada nas melhores informações atualmente disponíveis e na maior qualidade e granularidade de dados obtidas a partir do aprimoramento dos processos e sistemas da área financeira, considerando

o histórico de inadimplência/glosa, o *aging* da carteira e as perspectivas de recuperação, de modo a refletir o efetivo perfil de risco e a atual realidade operacional da Companhia, inclusive em razão do aprimoramento dos processos de cobrança e da análise tempestiva de glosas e créditos em discussão com as principais operadoras de saúde do país.

- iii) **Provisão sobre créditos com partes relacionadas.** A análise de recuperabilidade indicou a necessidade de provisionamento de perda esperada sobre créditos com partes relacionadas, no montante de **R\$ 106 milhões**. Esses créditos decorriam de contrato de gestão em parceria com a Hemera, cuja sinergia operacional e cujas transações de combinação de negócios, anteriormente vigentes, tornaram-se inaplicáveis e foram descontinuadas após a mudança de controle da Companhia. O crédito está em negociação para eventual acordo de liquidação; diante das incertezas envolvidas e da ausência, até o momento, de expectativa firme de recebimento, a Administração optou pelo seu provisionamento integral na data-base de 31 de dezembro de 2025.
- iv) **Atualização monetária, juros, multas e perda de benefícios de parcelamento.** Foi reconhecido efeito de **R\$ 104 milhões** decorrente da atualização monetária, de juros e de multas incidentes sobre obrigações fiscais, bem como da perda de benefícios anteriormente concedidos em parcelamentos tributários, refletindo o crescente inadimplemento desses passivos observado majoritariamente a partir do último trimestre de 2025 e a migração de parcela relevante dos débitos para a esfera da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- v) **Baixa de tributos diferidos ativos.** Foi reconhecida baixa de créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL, no montante de **R\$ 65,2 milhões**, em conexão com a avaliação de recuperabilidade suportada por estudo independente e com a transação tributária em andamento, conforme detalhado em nota explicativa específica.
- vi) **Revisão de contingências e outras reconciliações de saldos.** Complementarmente, o resultado do período contempla efeitos decorrentes da revisão de contingências e de outras reconciliações de saldos patrimoniais, no âmbito do processo de aprimoramento dos controles e processos contábeis conduzido pela Administração.

A Administração reforça que todos os ajustes acima são de natureza estritamente contábil: não afetam a operação, não alteram os contratos vigentes e não comprometem a capacidade de geração de receita da Companhia. O que esses ajustes promovem é um avanço qualitativo na precisão das informações reportadas ao mercado — base essencial para a construção de uma relação de confiança sólida e duradoura com investidores, credores e demais stakeholders.

2.5 – Medições não contábeis

As medições não contábeis abaixo estão sendo apresentadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

O “EBITDA” (earnings before interest, tax, depreciation and amortization), sigla em inglês para denominar o “LAJIDA” (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM n.º 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”), conciliada com suas demonstrações financeiras e corresponde ao lucro líquido ou prejuízo do período e/ou do exercício, acrescido

do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

O “EBITDA Ajustado” corresponde ao EBITDA supracitado descontado de resultados não recorrentes à operação da Companhia e/ou outros itens que contribuam para informação sobre o potencial de geração bruta de caixa, conforme Resolução CVM 156. Os ajustes à operação da companhia são classificados conforme abaixo:

1. Baixas e Outros:

a. Ativo financeiro RBD: depreciação dos ativos da RBD, conforme norma contábil de concessões ICPC 01.

b. Despesas Não-Recorrentes: despesas associadas a bonificações, rescisões, multas e baixas de contas a receber de longa data.

Cabe ressaltar que, tanto o EBITDA como o EBITDA Ajustado não são métricas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP e, portanto, não devem ser utilizados para medir a lucratividade da Companhia ou mesmo sua geração de caixa. Tal fato se deve às fragilidades destas métricas ao desconsiderar efeitos que podem vir a afetar tanto seu resultado como sua geração de caixa, como são os casos de variações nos resultados financeiros, nas tributações, na depreciação ou nas despesas de capital.

Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA preparado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM 156.

a) Valor das medições não contábeis

INDICADORES FINANCEIROS	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2024	2025
Receita Líquida	1.179,60	1.217,00	1.153,83
Receita Líquida ex-construção	1.173,40	1.206,80	1.135,91
Lucro líquido do período/exercício	-218,6	-117,2	-1.371,83
(+) Resultado financeiro	238,4	208,5	233,16
(+) Imposto de renda e CSLL	19,1	21,8	84,16
(+) Depreciação e amortização	113,4	107,8	107,31

EBITDA	152,3	220,9	-935,1
Margem EBITDA ² (%)	13,00%	18,30%	-82,32%

¹ Receita Líquida ex-construção, receita líquida excluindo lançamento contábil referente ao investimento realizado na RBD (PPP Bahia)

² Margem EBITDA = EBITDA/Receita Líquida ex-construção

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
EBITDA – R\$ milhões	2023	2024	2025
INDICADORES FINANCEIROS			
EBIT	38,9	113,1	-1042,4
Depreciação e amortização	113,4	107,8	107,3
EBITDA	152,3	220,9	-935,1
Margem EBITDA	12,98%	18,30%	-82,32%
Ajustes	82,6	64	1176
Baixas e Outros	82,6	64	1176,0
Ativo Financeiro (RBD)	34	38,8	50,6
Despesas Não-Recorrentes	48,7	25,2	1125,4
EBITDA Ajustado²	234,9	284,9	240,9
Margem EBITDA Ajustada³ (%)	20,02%	23,61%	21,21%

²EBITDA Ajustado significa o EBITDA ajustado para excluir resultados não recorrentes à operação da Companhia, conforme descritos no quadro acima: (i) baixa do ativo financeiro RBD e (ii) despesas não-recorrentes. Utilizamos o EBITDA Ajustado como ferramenta para mensurar e avaliar o nosso desempenho com foco na continuidade de nossas operações e acreditamos que o EBITDA Ajustado é uma ferramenta útil para o investidor, porque possibilita uma análise comparativa normalizada de informações passadas e atuais sobre o resultado de nossa gestão. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente de nós. Para uma reconciliação do EBITDA Ajustado com o lucro (prejuízo) líquido, vide item 3.2.b do Formulário de Referência da Companhia

³Margem EBITDA Ajustada significa nosso EBITDA Ajustado dividido pela nossa receita líquida ex-construção.

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Não aplicável.

c) Motivo pelo qual a Companhia entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho da Companhia, motivo pelo qual a administração entende ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. A administração da Companhia acredita que o EBITDA é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo

segmento. EBITDA é a abreviação em língua inglesa do LAJIDA, que por sua vez pode ser definido como lucros antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização e resultados não operacionais. O EBITDA e o EBITDA Ajustado são utilizados pela administração como métricas adicionais de desempenho da Companhia e como base de comparação com outras empresas do mesmo setor, apesar de poder haver diferenças nas metodologias de cálculo. Razão pela qual a Companhia considera relevante sua apresentação neste Formulário de Referência.

A Companhia acredita que o EBITDA é informação adicional às suas demonstrações financeiras, mas não é medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS e não deve ser utilizado como base de distribuição de dividendos ou como substituto para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional, como indicador de desempenho operacional, nem tão pouco como indicador de liquidez.

Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o Imposto de Renda - Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), a depreciação e a amortização, o EBITDA e o EBITDA Ajustado funcionam como indicadores do desempenho econômico geral da Companhia, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações de carga tributária do IRPJ e da CSLL ou alterações nos níveis de depreciação e amortização.

Consequentemente, a Companhia acredita que o EBITDA e o EBITDA ajustado permitem uma melhor compreensão não só do seu desempenho financeiro, como também da sua capacidade de cumprir com suas obrigações passivas e obter recursos para suas atividades.

2.6 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas pelo Conselho de Administração da Companhia e emitidas em 30 de julho de 2026.

Listamos a seguir os eventos subsequentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

(a) Cancelamento do aumento de capital privado

Em 10 de março de 2026, a Companhia divulgou Fato Relevante informando o cancelamento do aumento de capital privado que havia sido deliberado pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2025. O cancelamento decorreu do não atingimento do montante mínimo de subscrição de ações previsto para a homologação da operação.

(b) Pedido de tutela cautelar e proteção judicial de créditos

Em 19 de março de 2026, a Companhia ingressou com uma Ação Cautelar Pré-Mediativa (Processo nº 4043281-21.2026.8.26.0100). Em 20 de março de 2026, foi deferida liminar concedendo o prazo de 60 dias para a suspensão de execuções contra a Companhia. A medida visa obstar a interrupção de serviços, a rescisão de contratos essenciais e mitigar declarações de vencimento antecipado por credores enquanto a Aliança busca uma solução consensual de perfilamento de suas dívidas. As negociações referentes às obrigações financeiras aceleradas e vencidas listadas a seguir foram direcionadas e passam a ser conduzidas sob o escopo estruturado do processo de Recuperação Extrajudicial ajuizado pela Companhia.

(c) Notificações de inadimplemento e declarações de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos

Subseqüencialmente, ao encerramento do exercício, a Companhia recebeu comunicações formais de credores declarando o vencimento antecipado de obrigações financeiras, conforme detalhado abaixo:

- Banco Votorantim S.A.: parcelas vencidas em novembro e dezembro de 2025, referentes à Cédula de Crédito Bancário. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 4,3 milhões. Em 20 de maio de 2026, a Companhia e o Banco Votorantim celebraram Instrumento Particular de Repactuação de Dívida, consolidando o saldo total devido, com prazo de 5 anos e carência de 6 meses para início da amortização;
- Banco do Brasil S.A.: parcela vencida em dezembro de 2025. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 15,3 milhões;
- Caixa Econômica Federal: parcelas vencidas a partir de novembro de 2025. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 8,3 milhões;
- Em 10 de fevereiro de 2026, o Itaú BBA comunicou à Companhia a declaração de vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário, com fundamento na cláusula de inadimplemento, em razão do não pagamento das parcelas vencidas em 16 de dezembro de 2025 e 16 de janeiro de 2026. O saldo devedor atualizado na data da declaração era de R\$ 6,3 milhões;
- Em 12 de junho de 2026, a Companhia e o Banco Itaú celebraram Instrumento Particular de Confissão de Dívidas e outras avenças, alongando o pagamento do saldo remanescente da dívida para até 18 meses;
- Em 05 de março de 2026, a Siemens Servicios Comerciales comunicou à Companhia a declaração de vencimento antecipado do empréstimo a ela concedido, com fundamento em cláusula de alteração de controle, em razão de mudança no controle acionário da Companhia ocorrida entre fevereiro e março de 2026. O saldo devedor atualizado na data da declaração era de US\$ 10,1 milhões sendo que, após execução das garantias da dívida, em 16 de junho de 2026 foi emitido o termo de quitação integral da dívida não restando saldo em aberto;
- Em 9 de abril de 2026, foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia, na qual os debenturistas deliberaram, por mais de 2/3 dos títulos em circulação, pelo reconhecimento do vencimento antecipado das debêntures, em razão da ocorrência dos seguintes eventos: (i) inadimplemento de dívidas financeiras superiores a R\$ 20 mil; (ii) protesto de títulos em valor superior a R\$ 20 mil; (iii) descumprimento de obrigação de comunicação ao Agente Fiduciário; e (iv) rebaixamento do rating corporativo para abaixo do patamar mínimo exigido de "A- (bra)", com a classificação pela Fitch Ratings de 'CCC+(bra)', divulgada em Fato Relevante de 13 de março de 2026. O saldo devedor atualizado das debêntures em 9 de abril de 2026 era de R\$ 306,2 milhões.
- As negociações referentes a esta obrigação estão sendo conduzidas no âmbito do processo de Recuperação Extrajudicial da Companhia;
- A controlada Cura ficou inadimplente com parcelas mensais referente a empréstimo concedido pelo banco Unicred, no período entre janeiro e maio de 2026;
- Em 10 de junho de 2026, Cura e Unicred celebraram acordo de confissão e renegociação da dívida, em que a controlada pagou uma entrada equivalente a 1 parcela atrasada, e diluiu o pagamento das demais parcelas atrasadas ao longo da duração do empréstimo, com parcelas mensais até 15/07/2038, com carência para pagamento da primeira parcela em 15/08/2026.

(d) Alterações relevantes de rating corporativo (Fitch Ratings)

A agência de classificação de risco Fitch Ratings promoveu revisões sucessivas na nota de crédito da Companhia em 2026. Em 13 de março de 2026, conforme divulgado em Fato Relevante, o rating corporativo foi rebaixado para 'CCC+(bra)'. Subseqüentemente, em 20

de março de 2026, o Rating Nacional de Longo Prazo foi reduzido para 'C(bra)' e, em 30 de abril de 2026, a agência alterou a classificação para 'RD(bra)' (Inadimplência Restrita). O rebaixamento reflete o não pagamento do principal e juros de obrigações financeiras no vencimento contratual e o perfil de liquidez pressionado frente aos passivos de curto prazo.

(e) Mudanças estruturais e na governança corporativa

No âmbito da governança corporativa, o Sr. Ricardo de Magalhães Sartim apresentou, em 24 de abril de 2026, sua renúncia formal aos cargos de Diretor-Presidente (CEO) e Diretor Financeiro (CFO) interino da Companhia. O Conselho de Administração deu início ao processo de sucessão executiva e elegeu o Sr. João de Saint Brisson Paes Carvalho como novo membro do Colegiado.

(f) Fortalecimento de caixa e captação via controlada

Em maio de 2026, a controlada CURA – Centro de Ultrassonografia e Radiologia S.A. concluiu a captação de recursos no montante total de R\$ 126 milhões por meio de uma nova emissão de debêntures, visando o reforço do capital de giro e suporte às operações do Grupo.

(g) Manutenção de passivos

Em 11 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Confissão de Dívida com a Fonte de Saúde Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e a Lormont Participações S.A., por meio do qual reconheceu dívida líquida, certa e exigível no montante de R\$ 532,6 mil, formalizando créditos anteriormente constituídos e devidos pela Companhia, sendo que Fonte de Saúde Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Lormont Participações S.A. cederam fiduciariamente tais créditos ao Opus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Responsabilidade Limitada (“Opus”) e do Prisma Infratelco VD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“Prisma”).

Excussão de garantias fiduciárias — em 7 de fevereiro de 2026, a Companhia recebeu comunicações do Opus e do Prisma informando a excussão das garantias fiduciárias constituídas em seu favor. Em decorrência desse evento, além da aquisição de participações acionárias correspondentes a aproximadamente 49,11% e 10,72% do capital social da Companhia, respectivamente, os referidos investidores passaram a ser titulares de parcela dos créditos objeto da confissão de dívida anteriormente detidos pelos antigos controladores; e

Alienação das participações acionárias — em 3 de março de 2026, a Companhia foi comunicada de que Opus e Prisma alienaram integralmente suas participações acionárias na Companhia, permanecendo, contudo, como titulares dos créditos decorrentes da confissão de dívida.

Composição dos credores

Em decorrência da excussão das garantias e das cessões de crédito correspondentes, a composição dos credores da dívida passou a ser a seguinte:

Credor	R\$
Opus	391,7
Prisma	85,5
Fonte	45,4

Lormont	10.0
Total	532,6

Reclassificação contábil

O saldo objeto do Instrumento Particular de Confissão de Dívida passou a ser apresentado no passivo circulante, por se tratar de dívida exigível no curto prazo. A apresentação na rubrica de Partes Relacionadas foi mantida, por refletir a condição dos titulares dos créditos em 31 de dezembro de 2025, data-base destas demonstrações. A reclassificação tem natureza exclusivamente de apresentação, sem efeito sobre o resultado, o patrimônio líquido ou os fluxos de caixa, permanecendo o passivo reconhecido pelo mesmo valor e critérios de mensuração.

(h) Estratégia de recuperação de ativos (Hemera)

No tocante aos créditos detidos contra a Hemera Serviços Médicos, a Companhia, respaldada por avaliações jurídicas e operacionais conduzidas no primeiro semestre de 2026, adotou as medidas contratuais e judiciais cabíveis para a salvaguarda e recebimento de seus direitos. Os elementos de tempo e risco decorrentes dessas avaliações foram devidamente ponderados pela Administração na análise de recuperabilidade desses ativos para o encerramento do exercício de 2025.

(i) Excussão de garantias fiduciárias e mudança de controle

Em 6 e 7 de fevereiro de 2026, no contexto de excussão de alienação fiduciária sobre ações da Lormont e do Fonte de Saúde FIP (dadas em garantia dos créditos de AFAC – Nota 1.5), o Opus FIP e o Infratelco FIDC passaram a deter 49,11% e 10,72% do capital social, respectivamente. Em decorrência, a participação conjunta da Lormont e do Fonte de Saúde FIP caiu para 6,96%, deixando ambos de ser controladores. Em 3 de março de 2026, o Opus FIP e o Infratelco FIDC alienaram integralmente essas ações à Tessai FIP, que adquiriu 59,84% do capital social e assumiu o controle da Companhia.

(j) Distrato da aquisição do Grupo Meddi

Em 9 de abril de 2026, a Companhia e o Grupo Meddi encerraram, de forma amigável e sem ônus, as negociações para aquisição iniciadas em julho de 2025 (Nota 1.4), mediante instrumento particular de distrato e quitação.

2.7 Política de destinação dos resultados

A Companhia adota a seguinte política de destinação de resultados:

a. Regras sobre retenção de lucros

De acordo com a Lei nº 6.404/76 e com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido da Companhia apresenta a seguinte destinação:

- (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;

- (b) 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendo obrigatório;
- (c) até 70% (setenta por cento) para a formação de reserva de investimento que tem por finalidade financiar a expansão das atividades da Companhia, cujo saldo somado às demais reservas de lucro da Companhia, exceto as para contingências, incentivos fiscais e lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social;
- (d) o saldo remanescente, se houver, para destinação aos acionistas, nos termos da lei.

Adicionalmente, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2023
a.1) Valores das retenções de Lucro	A Companhia apurou um prejuízo líquido no valor de R\$ - 1.371.830.523,72 destinado integralmente para a conta de prejuízos acumulados.	A Companhia apurou um prejuízo líquido no valor de R\$ 129.119.250,54 destinado integralmente para a conta de prejuízos acumulados.	A Companhia apurou um prejuízo líquido no valor de R\$227.877.606,69 destinado integralmente para a conta de prejuízos acumulados.

b. Regras sobre distribuições de dividendo

Nos termos do Estatuto Social então vigente, a Companhia deverá distribuir o montante mínimo de 25% do seu lucro líquido aos seus acionistas, desconsiderada a depreciação e a amortização do período, após a dedução dos montantes destinados à formação de reservas, legais ou estatutárias, e o pagamento de todos os tributos e contribuições incidentes sobre tal lucro líquido.

c. Periodicidade das distribuições de dividendo

Os dividendos são pagos anualmente após aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, que também poderá deliberar sobre a declaração de dividendos intermediários ou intercalares, além do pagamento de juros sobre o capital próprio.

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

No INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ TRÊS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A. é caso de vencimento antecipado automático a distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja inadimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não aplicável.

2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que não há outros itens que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

2.9 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.10 – Plano de negócios

a. Investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia teve um ano desafiador, e principalmente após o 2º semestre, veio enfrentando problemas com liquidez. A Companhia continua sua trajetória de investimentos, entretanto, focada na melhor produtividade em busca de rentabilidade das melhores operações, buscando eficiência operacional e mantendo como prioridade as principais praças.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, totalizou aproximadamente R\$ 77,855 milhões em investimentos.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da companhia serão financiados por meio da geração de caixa da própria Companhia, com empréstimos, financiamentos e eventualmente emissão de valores mobiliários.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Baseado no Plano Estratégico de Eficiência Contínua da Companhia, reforçando nossa disciplina operacional e nosso compromisso com resultados sustentáveis, como evento subsequente, após a entrada do novo acionista controlador, a Companhia passa por revisitas em processos e resultados, mudando a estratégia como foco principal para a rentabilidade. Dessa forma, a Companhia está revisitando todas as marcas e unidades, e será tomada a decisão de manter ou não a unidade aberta, de acordo com seu retorno e papel estratégico no grupo.

Neste contexto, a Companhia tem revisto o seu portfólio de produtos e unidades. Dessa maneira, a Companhia poderá efetuar Alienação e fechamento de unidades, bem como a venda de equipamentos com baixo tempo de vida útil.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Na data deste Formulário de Referência, não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possa influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, uma vez que atualmente não há pesquisas realizadas pela Companhia que

já tenham sido divulgadas.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou, nos 3 (três) últimos exercícios sociais gastos relevantes no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Conforme divulgado no item 1.16, a Companhia junto com o aprimoramento da estrutura operacional e de capital da Companhia contempla ações vinculadas a questões ASG como a melhoria contínua da gestão de resíduos. Nesse contexto, destaca-se o fortalecimento das práticas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, correta segregação e destinação ambientalmente adequada, promovendo ganhos operacionais, mitigação de riscos e conformidade regulatória.

Adicionalmente, a Companhia tem ampliado iniciativas voltadas à eficiência energética, com a migração de algumas unidades para o mercado livre de energia, priorizando a contratação de fontes limpas e renováveis.

2.11 Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ALLIANÇA SAÚDE E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 42.771.949/0018-83

Código CVM 24058

ANEXO II

Remuneração da Administração

Seção 8 do Formulário de Referência

8.1 Política ou prática de remuneração

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia possui política de remuneração formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de março de 2022 que poderá ser encontrada na página de relação com investidores da Companhia (ri.allianca.com) (“Política de Remuneração”). A remuneração dos administradores da Companhia tem por objetivo recompensar os esforços dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, dos Comitês, do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal, quando instalado (em conjunto, os “Beneficiários”) na gestão dos interesses da Companhia de acordo com suas respectivas atribuições e responsabilidades. Com esse fim, a Política de Remuneração busca incentivar o melhor desempenho de cada Beneficiário em suas funções, reter e atrair profissionais qualificados, garantindo o desenvolvimento e crescimento da Companhia de maneira alinhada entre os objetivos individuais e os objetivos estratégicos da Companhia.

b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) Indicação dos órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Participa do processo decisório da remuneração dos administradores da Companhia o Conselho de Administração, órgão responsável por avaliar e recomendar o montante global de remuneração dos administradores para aprovação dos acionistas da Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação aplicável, inclusive as normas emanadas pela CVM, a remuneração global e anual dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês e da Diretoria, deverá ser fixada pela Assembleia Geral da Companhia, devendo o Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração para seus próprios membros, para os membros da Diretoria e os membros dos Comitês.

O Conselho de Administração deve determinar a remuneração dos membros da administração da Companhia em linha com as melhores práticas observadas pelo mercado de atuação da Companhia, a qual deverá contribuir para o estímulo e a retenção de profissionais devidamente qualificados para o desempenho de suas funções, assim como o de atrair novos profissionais sempre que necessário.

(ii) Indicação dos critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e abrangência desses estudos

A remuneração individual poderá ser dividida em remuneração fixa e variável, baseada em práticas de mercado apresentadas ao Conselho de Administração pela Diretoria da Companhia. O Conselho de Administração deve determinar a remuneração dos membros da administração da Companhia em linha com as melhores práticas observadas pelo mercado de atuação da Companhia, a qual deverá contribuir para o estímulo e a retenção de profissionais devidamente qualificados para o desempenho de suas funções, assim como o de atrair novos profissionais sempre que necessário, bem como em vista (i) das responsabilidades de cada administrador, considerado os cargos específicos em que atuam e as funções que desempenham; (ii) do tempo dedicado às suas funções; (iii) de sua competência e reputação profissional, tendo em vista sua experiência e qualificação técnica; e (iv) dos valores de mercado dos serviços que presta à Companhia. O reajuste da remuneração fixa estabelecida individualmente pelo Conselho de Administração é atualizado anualmente pelo IPCA do mês do aniversário do contrato de cada administrador.

(iii) Indicação da frequência e da forma que o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração da Companhia avalia a adequação da política de remuneração anualmente.

c. Composição da remuneração

(i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- Objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação aplicável, inclusive as normas emanadas pela CVM, a remuneração global e anual dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês e da Diretoria, deverá ser fixada pela Assembleia Geral da Companhia, devendo o Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração para seus próprios membros, para os membros da Diretoria e os membros dos Comitês.

Diretoria

A remuneração dos diretores estatutários e não estatutários é composta por (i) pagamento de remuneração fixa (sendo pró-labore mensal para os diretores estatutários e salário para os diretores não estatutários), que tem por objetivo remunerar o serviço prestado por cada profissional de acordo com suas atribuições e responsabilidades, baseado em práticas usuais de mercado; e (ii) remuneração variável, que consiste em (a) bônus anual para os diretores estatutários ou participação em resultados para os diretores não estatutários, mediante alcance de metas individuais e corporativas pré- estabelecidas pelo Conselho de Administração; e (b) plano de incentivo de longo prazo, também atrelado ao alcance de metas, conforme descrito no item 8.4 deste Formulário de Referência.

A remuneração variável da Diretoria tem por objetivo incentivar bem como reter os profissionais de alta performance por meio de gratificação diretamente ligada à geração de valor para a Companhia.

Adicionalmente, são concedidos aos Diretores os seguintes benefícios: assistência médica, seguro de vida, seguro D&O e vale refeição.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta exclusivamente por parcela fixa de pró-labore mensal, que tem por objetivo remunerar o serviço prestado por cada profissional de acordo com suas atribuições e responsabilidades e é baseada em práticas de mercado.

Conselho Fiscal

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas e demais dispositivos da regulamentação da CVM, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, deverá ser fixada pela Assembleia Geral da Companhia que os eleger, de acordo com os valores mínimos estabelecidos pela legislação. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal poderá ser constituída por remuneração fixa e outros componentes que o Conselho de Administração venha a determinar.

Comitês

Os membros do Comitê de Auditoria recebem apenas remuneração fixa, composta por pró-labore mensal, que tem por objetivo remunerar o serviço prestado por cada profissional de acordo com suas atribuições e responsabilidades e é baseada em práticas de mercado.

- Proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos últimos 3 exercícios sociais:

2025			
Órgão	Remuneração fixa	Benefícios	Remuneração Variável
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A
Conselho de Administração	99,99%	0,01%	0%
Diretoria Estatutária	94,64%	5,36%	0%
Diretoria Não Estatutária	0,00%	0,00%	0%
Comitês	99,85%	0,15%	0%

2024			
Órgão	Remuneração fixa	Benefícios	Remuneração Variável
Conselho Fiscal	100%	N/A	N/A
Conselho de Administração	99,82%	0,18%	0%
Diretoria Estatutária	77,67%	2,73%	19,60%
Diretoria Não Estatutária	65,05%	4,02%	30,93%
Comitês	0%	0%	0%

2023			
Órgão	Remuneração fixa	Benefícios	Remuneração Variável
Conselho Fiscal	99,86%	0,14%	0%
Conselho de Administração	97%	03%	0%
Diretoria Estatutária	46%	52%	02%

Diretoria Não Estatutária	93%	2%	5%
Comitês	100%	0%	0%

- Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, mediante proposta da administração da Companhia. Uma vez definido o valor global da remuneração dos administradores, cabe ao Conselho de Administração distribuir a remuneração entre seus próprios membros, os membros da Diretoria e os membros dos comitês de assessoramento, bem como determinar a proporção de cada componente da remuneração, em linha com a Política de Remuneração e o quanto descrito abaixo.

O valor da remuneração fixa individual dos membros da administração da Companhia

detalhada no item “(i)” acima é calculado de acordo com pesquisas de práticas de mercado, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas do mesmo setor ou que possuam cargo que desempenhe a mesma função.

O valor da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal (quando instalado), do Comitê de Auditoria (conforme aplicável) e dos diretores estatutários é reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPCA. Os diretores não estatutários contratados pelo regime celetista têm sua remuneração reajustada conforme convenção coletiva.

A remuneração variável dos diretores estatutários e não estatutários é determinada com base nas metas da Companhia e nos indicadores individuais de desempenho de cada diretor e, por ser calculada como um múltiplo da remuneração fixa, os critérios acima se aplicam também para este componente de remuneração.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Não aplicável, tendo em vista que não há atualmente indicadores de desempenho definidos.

(ii) Razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração dos administradores da Companhia é composta pelos elementos acima descritos baseado nas melhores práticas de mercado e tem por objetivo recompensar os esforços de cada profissional na gestão dos interesses da Companhia de acordo com suas atribuições e responsabilidades, e, ainda, incentivar o melhor desempenho de cada profissional em suas funções, bem como reter e atrair profissionais qualificados garantindo o desenvolvimento e crescimento da Companhia e o alcance de seus objetivos estratégicos.

(iii) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros da administração não remunerados.

d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração de administradores da Companhia suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor

Os atuais administradores da Companhia não possuem qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário tal como alienação do controle societário da Companhia. Conforme descrito no item 8.4.j abaixo, o Segundo Programa do Plano 2019, conforme definidos abaixo, prevê hipóteses de remuneração vinculada à ocorrência de determinados eventos societários, mas os atuais administradores não estão no rol de beneficiários do Segundo Programa.

8.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	2,5	2,83	5,33
Nº de membros remunerados	2,5	2,83	5,33
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	R\$ 495.000,00	R\$ 2.791.760,00	R\$ 3.286.760,00
Benefícios direto e indireto	R\$ 183,24	R\$ 170.764,86	R\$ 170.948,10

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Participações em comitês	0	0	0
Outros	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0
Remuneração variável			
Bônus	0	0	0
Participação de resultados	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0
Comissões	0	0	0
Outros	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0
Observação	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	R\$ 495.183,24	R\$ 2.962.524,86	R\$ 3.457.708,10

Remuneração total para o Exercício Social corrente 31/12/2025 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	5,00	4,50	9,50
Nº de membros remunerados	5,00	4,50	9,50
Remuneração fixa anual			0

Remuneração total para o Exercício Social corrente 31/12/2025 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Salário ou pró-labore	R\$ 2.100.000,00	R\$ 4.398.000,00	R\$ 6.498.000,00
Benefícios direto e indireto	R\$ 732,96	R\$ 225.952,26	R\$ 226.685,22
Participações em comitês	0	0	0
Outros	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0
Remuneração variável			0
Bônus	0	0	0
Participação de resultados	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0
Comissões	0	0	0
Outros	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0
Observação	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	R\$ 2.100.732,96	R\$ 4.623.952,26	R\$ 6.724.685,22

Remuneração total para o Exercício Social 31/12/2024 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,08	2	1	11,08

Nº de membros remunerados	8,08	2	1	11,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 1.127.667,28	R\$ 2.335.649,33	R\$ 1.127.667,28	R\$ 4.590.983,89
Benefícios direto e indireto	R\$ 2.051,16	R\$ 82.019,37	0	R\$ 84.070,53
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável			0	
Bônus	0	R\$ 589.523,04	0	R\$ 589.523,04
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	R\$ 213.153,71	0	R\$ 213.153,71
Observação	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	R\$ 1.129.718,44	R\$ 3.220.345,45	R\$ 1.127.667,28	R\$ 5.477.731,17

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2023 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,33	4,93	3	17,26

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2023 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	9,33	4,93	3	17,26
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$1.920.000,00	R\$4.020.528,72	R\$249.438,42	R\$6.189.967,14
Benefícios direto e indireto	R\$53.943,24	R\$216.255,81	R\$403,20	R\$270.602,25
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração variável				
Bônus	0	R\$3.621.176,51	0	R\$3.621.176,51
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	R\$2.400.000,00	0	R\$2.400.000,00
Observação	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	R\$1.973.943,24	R\$10.257.961,04	R\$249.841,62	R\$12.481.745,90

8.3 Remuneração Variável

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente 2026 (R\$ mil)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	2,50	2,83	5,33
Nº de membros remunerados	2,50	2,83	5,33
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0

Remuneração variável para o exercício social corrente 2025 (R\$ mil)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	5,00	4,50	9,50
Nº de membros remunerados	5,00	4,50	9,50
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	N/A	0

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente 2024 (R\$ mil)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	8,08	2	10,08
Nº de membros remunerados	8,08	2	10,08
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	4.265	4.265
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	0	0

Remuneração variável do exercício social encerrado 2023 (R\$ mil)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,33	4,93	3	17,26
Nº de membros remunerados	0	4,93	0	4,93
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	3.367	N/A	3.367
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

8.4 Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária

a. Termos e condições gerais

Em 24 de abril de 2019, dentre outras deliberações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovaram a criação do novo Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas para um grupo de executivos elegíveis pelo Conselho de Administração – diretores, gerentes e empregados de alto nível da Companhia ou de suas Controladas (“Participantes” e “Plano 2019”, respectivamente), o qual foi aditado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2020.

Em 25 de julho de 2019, dentre outras deliberações, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Primeiro Programa de Outorga de Ações Restritas nos termos do Plano 2019, observadas as deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração de 27 de junho de 2019 (“Primeiro Programa”), o qual foi aditado por meio de deliberações do Conselho de Administração da Companhia em reuniões realizadas em 29 de agosto de 2019 e em 26 de setembro de 2019. Em 29 de abril de 2021, dentre outras deliberações, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Segundo Programa de Outorga de Ações Restritas nos termos do Plano 2019 (“Segundo Programa”), o qual foi aditado por meio de deliberações do Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 26 de agosto de 2021. O Segundo Programa pretende (i) conceder o direito dos participantes do Primeiro Programa migrarem a outorga de Ações Restritas realizada no Primeiro Programa para o Segundo Programa, e, ainda (ii) conceder nova outorga de Ações Restritas a novos participantes selecionados nos termos do Segundo Programa. O Segundo Programa é composto por dois sub-programas distintos, o Sub-Programa Tipo A e o Sub-Programa Tipo B, conforme definidos nos anexos à ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia, de 26 de agosto de 2021, que aprovou alterações ao Segundo Programa (em conjunto, os “Sub-Programas”).

Os participantes que integravam o Primeiro Programa migraram a outorga de Ações Restritas realizada no Primeiro Programa para o Segundo Programa, de forma que apenas o Segundo Programa está atualmente em vigor.

O Plano 2019 é administrado pelo Conselho de Administração. Obedecidas as condições gerais do Plano 2019 e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia, o Conselho de Administração tem amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano 2019 e do Segundo Programa, incluindo:

- a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia outorgadas aos Participantes e sujeitas às restrições previstas no plano, programa e/ou no respectivo contrato de outorga (“Ações Restritas”), observados os termos gerais do Plano 2019, e a solução de dúvidas de interpretação do Plano 2019 e do Segundo Programa;
- b) a eleição dos Participantes e a autorização para outorgar Ações Restritas em seu favor, estabelecendo todas as condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente;
- c) a quantidade de Ações Restritas objeto do respectivo programa;
- d) a autorização para alienação de ações em tesouraria para satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano, do Segundo Programa e da Resolução CVM nº 77, 29 de março de 2022 (“RCVM 77”);
- e) a forma de transferência das Ações Restritas, que poderá se dar em lotes;
- f) definir metas relacionadas ao desempenho da Companhia, de forma a estabelecer critérios objetivos para o recebimento das Ações Restritas, sendo certo que o Conselho

- de Administração poderá, a seu critério, alterar ou modificar tais metas para evitar distorções decorrentes de eventos e/ou cenários não previstos pela Companhia;
- g) propor eventuais alterações ao Plano 2019 a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária; e
 - h) a criação, alteração e/ou cancelamento de programas no âmbito do Plano 2019 e a definição da quantidade de Ações Restritas objeto de cada programa.

Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano 2019, a Companhia, sujeita à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os Participantes, nos termos da RCVM 77. Alternativamente, caso, a cada data de aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas, a Companhia não possua ações em tesouraria suficientes para satisfazer o recebimento das Ações Restritas pelos respectivos Participantes, a Companhia poderá optar por realizar o pagamento referente às Ações Restritas em dinheiro, observando os critérios de preço fixados no item “i” abaixo.

O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Outorga, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Participantes, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

b. Data de aprovação e órgão responsável

O Plano 2019 foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 24 de abril de 2019.

c. Número máximo de ações abrangidas

Durante a vigência do Plano 2019, poderão ser entregues aos Participantes um número total de ações correspondentes a 3,5% do capital social total da Companhia na data de aprovação de tal plano.

O Segundo Programa contempla até 1.746.596 ações ordinárias de emissão da Companhia, o que correspondia, na data do último aditamento do Segundo Programa, em 26 de agosto de 2021, a 1,48% do capital social da Companhia.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, pois o Plano 2019 não envolve a outorga de opções de compra de ações.

e. Condições de aquisição de ações

Anualmente, ou sempre que julgar conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga de Ações Restritas no lançamento de cada programa, elegendo dentre as pessoas elegíveis, os Participantes em favor dos quais a Companhia alienará as Ações Restritas nos termos do Plano 2019 e do respectivo programa, estabelecendo os prazos e condições de aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas.

A outorga de Ações Restritas é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e os Participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas objeto da outorga e os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas.

No âmbito do Segundo Programa, para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas é necessária a permanência continuada do Participante como diretor, gerente ou empregado de alto nível da Companhia ou de qualquer uma de suas Controladas até o período estabelecido em cada Contrato de Outorga. Além da condição mencionada acima, aplicável aos dois Sub-Programas, existem condições adicionais a cada um deles, conforme detalhado a seguir:

- (i) para o Sub-Programa Tipo A, a entrega das Ações Restritas outorgadas dependia do atingimento de determinados patamares de cotação para as ações de emissão da Companhia, conforme apuração realizada com base na média do valor das ações nos meses de janeiro e fevereiro de 2022; e
- (ii) para o Sub-Programa Tipo B, a entrega das Ações Restritas outorgadas depende do atingimento de determinados patamares para os seguintes indicadores: (a) somatório do lucro líquido dos exercícios de 2021, 2022 e 2023; e (b) Total Shareholder Return (TSR) para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023 em janeiro de 2024.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não há preço de aquisição ou de exercício pelo Participante que recebe as Ações Restritas. O preço de referência por Ação Restrita, para os fins do Segundo Programa, incluindo para cálculo de pagamento em dinheiro, caso a Companhia não possua ações em tesouraria, será equivalente à média das cotações das ações de emissão da Companhia no fechamento dos 90 (noventa) pregões anteriores a 31 de dezembro de 2020, conforme previsto no Segundo Programa e nos Contratos de Outorga.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

As Ações Restritas objeto do Plano 2019 serão outorgadas em pagamento da remuneração variável a que fizerem jus os Participantes eleitos, não havendo, portanto, prazo de exercício.

No entanto, no âmbito do Segundo Programa:

- (i) no Sub-Programa Tipo A, as entregas das Ações Restritas outorgadas a cada Participante deverão ser feitas a seguinte forma: (a) 30% (trinta por cento) até 31 de março de 2022; e (b) 70% (setenta por cento) até 31 de março de 2023; e
- (ii) no Sub-Programa Tipo B, a entrega das Ações Restritas outorgadas a cada Participante deverá acontecer em até 30 (trinta) dias após o término do período de carência que se encerra em 31 de dezembro de 2023.

h. forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano 2019, a Companhia, sujeita à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os Participantes, nos termos da RCVM 77. Alternativamente, caso, a cada data de aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas, a Companhia não possua ações em tesouraria suficientes para satisfazer o recebimento das Ações Restritas pelos respectivos Participantes, a Companhia poderá optar por realizar o pagamento referente às Ações Restritas em dinheiro, observando os critérios de preço fixados no item “i” acima.

i. restrições à transferência das ações

O Plano 2019 e o Segundo Programa não preveem restrições à transferência das Ações Restritas após a entrega destas aos Participantes.

O Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou de direitos de preferência em caso de alienação pelo Participante dessas mesmas Ações Restritas, conforme vier a ser previsto no respectivo contrato de outorga.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O direito ao recebimento das Ações Restritas, nos termos do Plano 2019, extinguir-se-á automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- (i) mediante o distrato do Contrato de Outorga;

- (ii) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou
- (iii) nas hipóteses abaixo previstas.

Na hipótese de desligamento do Participante, os direitos que ainda não estiverem plenamente adquiridos na data de desligamento restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas neste item “m”, conferindo tratamento diferenciado a determinado Participante.

O Segundo Programa deverá ser antecipadamente liquidado e os Participantes terão direito de receber antecipadamente um percentual das Ações Restritas que já tiverem sido a eles outorgadas, na hipótese de se verificar cumulativamente: (i) (a) operação de reorganização da Companhia, pela qual o patrimônio líquido da Companhia passe a representar parcela inferior a 50% do patrimônio líquido da companhia resultante de referida operação (ou da companhia de maior porte, no caso de cisão); (b) a aquisição de participação equivalente a 30% ou mais do capital social da Companhia por qualquer terceiro; ou (c) a dissolução da Companhia; e (ii) o rebaixamento de posição do Participante na Companhia ou o desligamento do Participante por vontade da Companhia.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de desligamento do Participante, os direitos às Ações Restritas que ainda não tiverem sido plenamente adquiridos na data de desligamento restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, exceto pelo disposto a seguir no que se refere ao Segundo Programa e observadas as deduções e retenções legais:

- (i) na hipótese de desligamento de Participante por decisão da Companhia sem justa causa ou por aposentadoria compulsória, o Participante fará jus ao recebimento de uma quantidade de Ações Restritas proporcional ao número de dias decorridos entre 1º de janeiro de 2021 e a data do seu desligamento, observadas as formas de cálculo detalhadas nos documentos do Segundo Programa;
- (ii) na hipótese de desligamento de Participante por decisão unilateral do Participante, por decisão da Companhia, com justa causa nos termos da legislação trabalhista ou em virtude de violação pelo Participante dos seus deveres legais e/ou estatutários ou, ainda, por aposentadoria não compulsória, o direito do Participante às Ações Restritas restará

automaticamente extinto, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e

- (iii) na hipótese de desligamento de Participante por falecimento ou invalidez permanente, o Participante, seu espólio ou seu(s) herdeiro(s), conforme aplicável, fará(ão) jus ao recebimento da totalidade das Ações Restritas outorgada nos termos do respectivo Contrato de Outorga, de modo que as Ações Restritas outorgadas ao Participante se tornarão imediatamente vestidas, independentemente do decurso do período de carência, sendo que, caso o término do contrato de trabalho ou do mandato de administrador, conforme aplicável, do Participante decorrente de falecimento ou invalidez permanente ocorra entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2022, o Participante, seu espólio ou seu(s) herdeiro(s), conforme aplicável, fará(ão) jus ao recebimento de 50% das Ações Restritas que seriam entregues até 31 de março de 2023.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas neste item “n”, conferindo tratamento diferenciado a determinado Participante.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui nem possuiu nos últimos 3 exercícios Plano de Remuneração Baseado em Ações prevendo a outorga de opções de compra de ações.

8.6 Outorga de opções de compra de ações (Opções de Compra de Ações)

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui nem possuiu nos últimos 3 exercícios Plano de Remuneração Baseado em Ações prevendo a outorga de opções de compra de ações.

8.7 Opções em aberto (Opções de Compra de Ações)

Não aplicável, pois a Companhia não possui Plano de Remuneração Baseado em Ações prevendo a outorga de opções de compra de ações e não há opções em aberto.

8.8 Opções Exercidas (Opções de Compra de Ações)

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui nem possuiu nos últimos 3 exercícios, Plano de Remuneração Baseado em Ações prevendo a outorga de opções de compra de ações.

8.9 Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários (Ações)

Prevista para 2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	2,50	2,83
Nº de membros remunerados	2,50	2,83
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

31/12/2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,50
Nº de membros remunerados	5,00	4,50
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,08	2
Nº de membros remunerados	8,08	2
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,33	4,93
Nº de membros remunerados	0	2
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

8.10 Outorga de ações (Ações)

Prevista para 2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	2,50	2,83
Nº de membros remunerados	2,50	2,83
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A

31/12/2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	4,50
Nº de membros remunerados	5	4,50
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A

31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	4
Nº de membros remunerados	0	4
Data de outorga	N/A	Ações já transferidas

Quantidade de opções outorgadas	N/A	121.534 ações
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Ações já transferidas
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	R\$ 22,60 (estimado)
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 2.746.668,40

31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,33	4,93
Nº de membros remunerados	0	0
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,0	4,50
Nº de membros remunerados	5,0	4,50
Nº de de Ações	N/A	N/A
	N/A	N/A

Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados com ações.	Não houve pagamento através de ações no ano de 2025.
Esclarecimento		

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,08	2
Nº de membros remunerados	0	2
Nº de ações	N/A	14.211
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	15,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	12,70
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	R\$ 32.685,30
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados com ações.	Parte das ações em tesouraria foram entregues aos diretores como forma de pagamento do bônus discricionário referente ao exercício de 2023. O preço atribuído para fins do número de ações entregues aos diretores foi de R\$15,00, tomando como base o valor do preço de emissão do último aumento de capital social.

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	9,33	4,93	
Nº de	0,00	2	
membros	N/A	134.324	
remunerado	N/A	15,97	
sNº de	N/A	21,67	
ações	N/A	-765.646,80	
Preço médio ponderado de aquisição	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados com ações.		
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas			
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas			
Esclarecimento			

8.12 Precificação Das Ações/opções

a. Modelo de precificação

O preço de referência por Ação Restrita, para os fins do Plano 2019, incluindo para cálculo do pagamento em dinheiro descrito no item 8.4 (a) acima, será equivalente à média ponderada das cotações das Ações no fechamento nos 30 (trinta) pregões anteriores à cada data de transferência das Ações Restritas.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Modelo de precificação: O preço de referência por Ação Restrita, para os fins do Plano 2019, incluindo para cálculo do pagamento em dinheiro, será equivalente à média ponderada das cotações das Ações no fechamento nos 30 (trinta) pregões anteriores à cada data de transferência das Ações Restritas. O Plano 2019 prevê a outorga de ações e não de opções de

compra de ações. As ações serão outorgadas em pagamento da remuneração variável a que fizerem jus os participantes eleitos, não havendo, portanto, preço de exercício.

Prazo do Plano: O Plano 2019 entrou em vigor na data de sua aprovação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária datada de 24 de abril de 2019 e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo, no entanto, ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

8.13 Participações detidas por órgão

Participação em sociedades: informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Apresentamos abaixo a quantidade de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia, de seus controladores diretos ou indiretos e de sociedades controladas ou sob controle comum em relação à Companhia, detidas por membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Sociedade	Companhia
Conselho de Administração	73.352
Diretoria Estatutária	16.511
Conselho Fiscal	N/A

8.14 Planos de previdência

8.14 Planos de previdências: em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornece as seguintes informações:

Na data desta Proposta da Administração não há planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

8.15 - Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	4,50	2	4,93	5,00	8,08	9,33	-	1	3
Nº de membros remunerados	4,50	2	4,93	5,00	8,08	9,33	-	1	3
Valor da maior remuneração (Reais)	1.500.000,00	855.000,00	1.322.120,00	1.500.000,00	210.000,00	840.000,00	-	29.041,65	R\$84.999,96
Valor da menor remuneração (Reais)	720.000,00	709.511,56	561.901,00	120.000,00	39.666,82	120.000,00	-	28.805,65	R\$51.057,36
Valor médio da remuneração (Reais)	979.200,00	778.549,78	936.926,33	420.000,00	139.562,78	480.000,00	-	86.652,95	R\$68.971,51

Observações e esclarecimentos

Diretoria Estatutária	
31/12/2025	A maior remuneração foi percebida por membro que exerceu a função durante 12 meses.
31/12/2024	A maior remuneração da Diretoria Estatutária foi percebida por membro que exerceu a função durante 4 meses do exercício. Apenas um membro da diretoria ocupou o cargo pelo período de 12 meses. Conforme as orientações constantes do Ofício-Circular Anual SEP 2023, foi considerada a remuneração deste membro como “menor remuneração” para o exercício de 2024.
31/12/2023	A maior e a menor remuneração foram percebidas por membros que exerceram a função durante 12 meses.

Conselho de Administração	
31/12/2025	
31/12/2024	
31/12/2023	

Conselho Fiscal	
31/12/2025	Não houve Conselho Fiscal no período.
31/12/2024	Nenhum membro do Conselho Fiscal atuou por 12 meses; todos exerceram o cargo por cerca de 4 meses. A menor e a maior remuneração referem-se a membros com esse tempo de atuação. A média salarial foi calculada com base na remuneração anual total dividida pelo número de membros remunerados, conforme o item 8.2.
31/12/2023	A maior remuneração do Conselho Fiscal foi percebida por membros que exerceram a função durante 12 meses do exercício. A menor remuneração foi percebida por membro que exerceu a função durante 8 meses.

8.16 Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Não aplicável, uma vez que, exceto pelos benefícios indicados no item 8 desde Formulário de Referência, não há qualquer arranjo contratual, apólice de seguro nem qualquer instrumento que estruture mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual na remuneração total detida por administradores e membros do Conselho Fiscal que sejam Partes Relacionadas aos controladores

Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2025	
Órgão	Porcentagem
Conselho de Administração	71%
Diretoria Estatutária	N.A.
Conselho Fiscal ¹	N.A.

Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2024	
Órgão	Porcentagem
Conselho de Administração	18,62%
Diretoria Estatutária	36,61%
Conselho Fiscal ¹	N.A.

Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023	
Órgão	Porcentagem
Conselho de Administração	56%
Diretoria Estatutária	N.A.
Conselho Fiscal ¹	N.A.

8.18 Remuneração de Administradores e Membros do Conselho Fiscal, agrupados por Órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Previsão para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
	R\$175.000,00	R\$ 408.000,00	N/A	R\$ 583.000,00

Previsão para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
	N/A	R\$288.339,37	N/A	R\$288.339,37

Exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
	R\$600.958,92	N/A	N/A	R\$600.958,92

8.19 Remuneração de Administradores e membros do Conselho Fiscal reconhecida no resultado de Controladores, diretos ou indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum e de Controladas do emissor

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foram recebidas, por membros do Conselho de Administração da Companhia, as seguintes remunerações pagas por controladora indireta da Companhia, pelo exercício do cargo de diretores em tais controladoras:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	R\$ 175.000,00	R\$ 408.000,00	0	R\$ 583.000,00
Controladas do Emissor	0	0	0	R\$ 0,00
Sociedades sob Controle Comum	0	0	0	R\$ 0,00

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, foram recebidas, por membros do Conselho de Administração da Companhia, as seguintes remunerações pagas por controladora indireta da Companhia, pelo exercício do cargo de diretores em tais controladoras:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	R\$ 330.433,86	R\$1.127.008,79	0	R\$ 1.457.442,65
Controladas do Emissor	0	0	0	0
Sociedades sob Controle Comum	0	0	0	0

Além do descrito acima, não houve valores reconhecidos no exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, no resultado de sociedades sob controle comum em relação à Companhia, de controladores (diretos e indiretos) da Companhia ou de controladas da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, em função dos cargos exercidos na Companhia ou em função de outras razões não relacionadas ao exercício de cargo na Companhia.

8.20 Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 8 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.
